



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 120 de 19 de maio de 2026

Altera a Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 que Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Obras, e revoga Portaria nº 323 de 08 de dezembro de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

**A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a Portaria Id. (0059486375) que institui a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do art. 1º da Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025 Id. (0059486375), passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Presidente:

a) Eralda Etra Maria Lessa matrícula n.º \*\*\*\*\*401.

II - Equipe de Apoio:

a) Ana Carolina Silveira Nobre, matrícula n.º \*\*\*\*\*615;

b) Maria Carolina de Carvalho, matrícula n.º \*\*\*\*\*197;

c) Davi Vieira de Oliveira, matrícula n.º \*\*\*\*\*727; e

d) Alisson Rebelo Swinka, matrícula n.º \*\*\*\*\*342

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a, atuará como pregoeira sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeiro (a) substituto (a) os servidores indicados no inciso II, alínea a) e subsequentes, deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes à função de pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

**Art. 2º** Revogar a Portaria nº 57 de 27 fevereiro de 2026.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Alvaro Henrique de Lima Teixeira**, **Superintendente**, em 22/05/2026, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72414259** e o código CRC **4B6E207A**.

**Referência:** Caso responda esta Portaria, indicar expressamente o Processo nº 0043.000009/2026-61

SEI nº 72414259

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Obras, nomeada pela **Portaria nº120 de 19 de maio de 2026**, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, regida pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de empreitada de **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus anexos consignando o que se segue:

**CONCORRÊNCIA Nº.:** 90618/2025/SUPEL/RO

**AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.:** 0069.002708/2025-77/SEOSP/RO

**OBJETO:** Contratação integrada para construção da Praça da Bíblia, situado no bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

**PROJETO/ATIVIDADE:** 2183.1638 – **FONTE:** 1.754.000001 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.51.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 12.343.929,00 (doze milhões, trezentos e quarenta e três mil novecentos e vinte e nove reais).

**RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS:** até o dia 03 de setembro de 2026, às 09h59m (horário oficial de Brasília).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** dia 03 de setembro de 2026, às 10h (horário oficial de Brasília).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**UASG:** 925373

**CONTRATAÇÃO PREFERENCIALMENTE ME/EPP:** NÃO

**RETIRADA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:** O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel), no site do COMPRASGOV ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e através do link: <https://drive.google.com/drive/folders/1MNQcfqgzW636S44zxe9zphlIIi011M6W?usp=sharing>. Outras informações através do e-mail: [coobr@supel.ro.gov.br](mailto:coobr@supel.ro.gov.br) – Fone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 08 de junho de 2026.

**ERALDA ETRA MARIA LESSA**

Presidente da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO

# CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025

**OBJETO:** Contratação integrada para construção da Praça da Bíblia, situado no bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO

#### PREÂMBULO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Obras – COOBR/SUPEL/RO, nomeada pela **Portaria nº120 de 19 de maio de 2026**, regido pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, Decreto nº 28.874/2024, Lei Complementar nº. 123/06 e alterações e pelas demais normas legais, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de empreitada **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, com sessão de abertura de recebimento das propostas marcada para o dia **03 de setembro de 2026**, às **10h** (horário oficial de Brasília), realizada através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Tem por finalidade a seleção de propostas e qualificação de empresas visando a **Contratação integrada para construção da Praça da Bíblia, situado no bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia**, especificados neste Edital, de conformidade com as peças que a compõem, para atender a **Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP**.

#### 1. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

**1.1.** Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do **Processo Administrativo Nº 0069.002708/2025-77/SEOSP/RO**, e destina-se a garantir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

#### 2. DA AQUISIÇÃO E RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS

**2.1.** O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel), no site do COMPRASGOV ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e através do link: <https://drive.google.com/drive/folders/1MNQcfqgzW636S44zxe9zphlIli011M6W?usp=sharing>.

#### 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários para a execução das obras licitadas, são provenientes de recursos consignados no orçamento da **Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP** no valor global de **R\$ 12.343.929,00 (doze milhões, trezentos e quarenta e três mil novecentos e vinte e nove reais)**, sendo que a despesa correrá por conta da seguinte programação: **R\$ 12.343.929,00 (doze milhões, trezentos e quarenta e três mil novecentos e vinte e nove reais)**., no Projeto/Atividade: **2183.1638**, Fonte de Recurso: **1.754.000001** e Elemento de Despesa: **44.90.51**, no decorrer do exercício, já consignado no Orçamento da **Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP**, no exercício de **2026**.

#### **4. DO VALOR ESTIMADO**

**4.1.** O Valor máximo que o ESTADO DE RONDÔNIA se propõe a pagar pela Obra, é de **R\$ 12.343.929,00 (doze milhões, trezentos e quarenta e três mil novecentos e vinte e nove reais)**, onde os preços máximos serão aqueles consignados na planilha orçamentária, parte integrante deste edital, sob pena de desclassificação da proposta.

#### **5. DO OBJETO**

**5.1.** Constitui objeto desta licitação a **Contratação integrada para construção da Praça da Bíblia, situado no bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia**, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**6.1.** Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**6.2.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**6.3.** Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- d) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- d.1) Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/cnep)), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;
- e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- f) Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;
- g) Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.4. Da participação de Consórcios:**

**6.4.1.** A possibilidade de participação em Consórcio visa possibilitar a participação de empresas com expertises diferentes, ampliando a competitividade do certame, porém os consórcios deverão ser constituídos sob as leis brasileiras.

**6.4.2.** Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, devendo ser apresentado, para fins de habilitação, a comprovação de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, subscrito pelos Consorciados e com indicação da Pessoa Jurídica Responsável pelo Consórcio (Empresa Líder), sendo esta, necessariamente, Empresa de Engenharia, atendidas as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

**6.4.3.** Será admitida a participação de licitantes de pessoas jurídicas sob a forma de Consórcio, sendo observadas as condições previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021):

"Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:  
I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato."

**6.4.4.** Caso o licitante venha a sagrar-se vencedor, deverá apresentar instrumento de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a Empresa Líder e estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo Consórcio, com a indicação do percentual de responsabilidade de cada membro do consórcio, bem como a etapa da participação na execução dos serviços a serem contratados. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade Contratante.

**6.4.5.** No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no art. 15 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

**6.4.6.** As empresas componentes dos consórcios deverão:



- a) atender individualmente aos critérios de qualificação previstos neste Edital relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e aos requisitos contábeis;
- b) satisfazer, em conjunto, as exigências de qualificação econômico-financeira;
- c) satisfazer conjuntamente a todos os critérios de qualificação técnica;
- d) comprometer-se a não alterar a constituição ou composição do Consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação expressa pela CONTRATANTE;
- e) apresentar compromisso de que não se constituem e nem se constituirão, para fins de Consórcio, em pessoa jurídica distinta, e de que o Consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

**6.4.7.** Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um Consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma Empresa, ou em mais de um Consórcio.

**6.4.8.** A empresa estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.137, de 31 de março de 2023, e nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013, ambas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

**6.4.9.** A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente Licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

**6.4.10.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

**6.4.11.** Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta Licitação, o instrumento de constituição e o registro do consórcio, aprovado por quem tenha poderes em cada uma das Empresas.

**6.4.12.** O contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas do edital, especialmente as constantes deste item de participação sob a forma de consórcio.

## **6.5. Da participação de empresas de cooperativas:**

**6.5.1.** Nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, poderão participar da licitação profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que:

- A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.



## **7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1.** Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

**7.2.** Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

- a) Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

*“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:*

*I – No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);*

*II – No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).”*

- b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.3.** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

## **8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**8.1.** Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número da CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: [coobr.supel@gmail.com](mailto:coobr.supel@gmail.com).

**8.1.1.** Ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Comissão de Obras, pelo telefone (069) 3212-9243, para não tornar sem efeito.

**8.2.** A decisão da Presidente quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial ([www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel)) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Presidente, na forma do art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

**8.3.** Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**8.4.** Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**8.5.** A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do certame.

## **9. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO**

**9.1.** A CONCORRÊNCIA será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

**9.2.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação nesta CONCORRÊNCIA deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do Portal de Compras do Governo Federal COMPRASGOV ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**9.3.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Estado de Rondônia, ao provedor do sistema ou a SUPEL/RO, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

**9.4.** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.

**9.5.** A participação na CONCORRÊNCIA se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

**9.6.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

**9.7.** COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

**a) Condições de participação:**

a.1) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaração que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**b) Declarações para fins de habilitação:**

b.1) De que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à habilitação e comunica a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) De que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) De que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

d.1) De que participa da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

**9.8.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** A participação na Concorrência dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço e os documentos de habilitação em suas respectivas etapas, conforme exigências do Edital.

**10.2.** Os envios da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

**10.3.** Quando for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**10.3.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

**10.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**10.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**10.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**10.7.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Obras e para acesso público após o encerramento do envio de lances, bem como a documentação referente a habilitação do licitante classificado será disponibilizada ao encerramento da fase de habilitação.

**10.8.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento das respectivas fases no prazo definido pela Comissão de Obras, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

**10.9.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.9.1.** Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Comissão de Obras, via sistema.

**10.10.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.11.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de Obras suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.13.** Será realizada a consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensão de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

**10.14.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.15.** O licitante poderá sofrer sanções caso não apresente a documentação exigida para o certame, nos termos do art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

## **11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**11.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**11.1.1.** Valor **unitário/global** do item ou do lote (se for o caso);

**11.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

**11.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

**11.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

**11.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**11.5.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**11.6.** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

## **12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** na respectiva fase, contendo a Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, devidamente assinada pelo representante legal (**ANEXO VII**) a seguir informada:

### **12.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**12.1.1.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

**12.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

**12.1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**12.1.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**12.1.5.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**12.1.6.** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802/2023;

**12.1.7.** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

**12.1.8.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.1.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

**12.1.10.** As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do(s) sócio(s) (RG ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional).



**12.1.11.** Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009 (**ANEXO XII** e **ANEXO XIII**), acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho.

## **12.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;
- g) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

## **12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA.**

**12.3.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos documentos de habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

**12.3.1.1** Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente, em conformidade com a Orientação Administrativa 02 da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (Portaria nº 346 de 30 de julho de 2024). A documentação comprobatória deverá ser anexada à proposta, sob pena de inabilitação.

**12.3.2.** Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o **BALANÇO PATRIMONIAL** com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**12.3.2.1.** Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**12.3.3.** Com base nos dados constantes no **BALANÇO PATRIMONIAL** apresentado, a Comissão de Contratação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

- a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);
- b) A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado do edital, ou seja, no mínimo o valor de **R\$ 617.196,45** (seiscentos e dezessete mil, cento e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos).

**12.3.4.** Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigida, para fins de habilitação, a comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**12.3.5.** As LICITANTES constituídas no exercício de 2026, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão de Contratação de Obras, possa verificar se a licitante possui:

- c) Capital Social, de no mínimo a **R\$ 617.196,45** (seiscentos e dezessete mil, cento e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21.

**12.3.6.** Conforme regra estabelecida pelos §§ 1º e 2º do art. 15 da Lei nº 14.133/21, para as empresas que participarem em consórcio, exceto para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, haverá um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira para as empresas que participarem em consórcio, exceto para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

**12.3.7.** É facultada a Comissão de Obras usar da prerrogativa da realização de diligência prevista em lei, para fins de aferição dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta, em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme § 3º do art. 69 da Lei 14.133/21.

## **12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**12.4.1.** Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);

### **12.4.2. Habilitação técnico-operacional**

**12.4.2.1.** Para fins de habilitação técnica-operacional, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente. No caso a Certidão de Acervo Operacional - CAO do CREA e a Certidão de Acervo Técnico-Operacional CAT-O do CAU



consistem em documentos hábeis para a comprovação da qualificação técnico-operacional das pessoas jurídicas nas contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura.

DESCRIÇÃO	UND.	Quantitativo mínimo
EXECUÇÃO DE PISO CIMENTÍCIO DRENANTE PARA CALCADAS	M²	4.387,42
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	M²	3.390,67
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA	KG	9.489,32

- a) Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.
- b) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- d) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- e) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- f) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- g) A apresentação, pelo licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei n.º 14.133, de 1 abril de 2021 e regulamentos sobre o tema.
- h) Os atestados e os acervos apresentados pelas empresas deverão ser destacados os itens que comprovarão as exigências.

#### **12.4.3. Habilitação técnico-profissional**

**12.4.3.1.** Para fins de habilitação técnica-profissional, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**12.4.3.2.** Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

- Para o Engenheiro Civil: serviços de:

DESCRIÇÃO	UND.
EXECUÇÃO DE PISO CIMENTÍCIO DRENANTE PARA CALCADAS	M²

EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	M²
EXECUÇÃO DE ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA	KG

**12.4.3.3.** O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.4.3.4.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**12.4.3.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**12.4.3.6.** Comprovação da equipe técnica por meio de:

- a) Documentos com indicação formal do (s) responsável (is) técnico (s) pela execução da obra, devidamente datados e assinados pelo representante legal da licitante.
- b) Comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) acervo(s) de responsabilidade técnica pela execução dos serviços, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente da licitante. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

b.1) Carteira de Trabalho;

b.2) Certidão do CREA;

b.3) Certidão do CAU;

b.4) Contrato Social;

b.5) Contrato de prestação de serviços;

b.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

b.7) Termo, através do qual o(s) profissional(is) assumam(m) a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser adjudicado. O presente termo pode ser suprido pela assinatura do(s) profissional(is) que será(ão) responsável(is) pela obra.

**12.4.4.** Além disso, resta necessário o seguinte:

- I. Relação dos equipamentos mínimos - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, de acordo com o Anteprojeto;
- II. Relação de equipe mínima - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, dentro do cronograma estabelecido e de acordo com o Anteprojeto;
- III. Relação dos Serviços Executados por Profissionais de Nível Superior vinculados ao quadro permanente da empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis ao objeto da licitação.

- IV. Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (**ANEXO VIII** ou a critério da licitante).
- V. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme preconiza o inciso IV do Art. 63. da Lei nº 14.133/2021 (**Anexo 09 dos Modelos de Declarações constantes no drive** ou a critério da licitante).
- VI. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. (**Anexo 11 dos Modelos de Declarações constantes no drive** ou a critério da licitante).

#### **12.4.5. Documentação complementar para cooperativas**

**12.4.5.1.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**12.4.5.2.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

**12.4.5.3.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

**12.4.5.4.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**12.4.5.5.** O registro previsto na Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, art. 107;

**12.4.5.6.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

**12.4.5.7.** Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

**12.4.5.8.** ata de fundação;

**12.4.5.9.** Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

**12.4.5.10.** Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

**12.4.5.11.** Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

**12.4.5.12.** Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

**12.4.5.13.** Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

**12.4.5.14.** Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **12.5. DA VISITA TÉCNICA**

**12.5.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:30 horas às 13:30 horas.

**12.5.2.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

**12.5.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**12.5.4.** Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (**Anexo 12 dos Modelos de Declarações constantes no drive** ou a critério da licitante).

**12.5.5.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**12.6.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;

**12.6.1.** Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.6., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens elencados no item 12 deste Edital, para fins de habilitação.

**12.6.2.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**12.6.3.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

**12.6.4.** A verificação pela Presidente, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**12.6.5.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

### **13. DA ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**13.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico COMPRASGOV, na data, horário e local indicados neste Edital.

**13.2.** A Comissão de Obras verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

**13.3.** Também será desclassificada a proposta que, através do próprio sistema CompraGov, identifique o licitante. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

**13.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**13.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**13.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**13.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**13.8.** O lance deverá ser ofertado pelo valor global proposto.

**13.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**13.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**13.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

**13.12.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**13.13.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.

**13.14.** Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.

**13.15.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Comissão de Obras no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**13.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Obras persistir por tempo superior a **00:10 (dez minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24:00 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**13.17.** Durante a fase de lances não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**13.18.** Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

**13.19.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**13.20.** Persistindo o empate, será realizado sorteio em sessão pública entre as propostas empatadas.

**13.21.** Na hipótese do subitem 13.20, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

- a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);
- b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 13.21;
- c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;
- d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.
- e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>
- f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

**13.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Presidente poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**13.23.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**13.24.** Após a negociação do preço, a Comissão de Obras iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



#### **14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

**14.1.** Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Obras examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

**14.2.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

**14.3.** Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração.

**14.4.** Para evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis na execução dos contratos, serão desclassificadas as propostas ou lances vencedores, cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme § 4º do art. 59 da Lei 14.133 de 2021.

**14.4.1.** A Comissão de Obras poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**14.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24:00 (vinte e quatro horas)** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**14.6.** A Comissão de Obras poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **24:00 (vinte e quatro horas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

**14.7.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Comissão de Obras por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Comissão.

**14.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão de Obras, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**14.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Obras examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**14.9.1.** Se tratando de LOTE, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

**14.10.** Havendo necessidade, a Comissão de Obras suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**14.11.** A Comissão de Obras deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**14.12.** Também nas hipóteses em que a Comissão de Obras não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**14.13.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.



## **15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

**15.1.** Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

**15.2.** A Comissão de Obras anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Comissão acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

**15.3.** Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Obras poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**15.4.** No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

**15.5.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

**15.6.** Serão rejeitadas as propostas que:

**15.6.1.** Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

**15.6.2.** Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão da Comissão de Obras.

**15.6.3.** Apresentar preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

**15.7.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

**15.8.** Da sessão, o sistema gerará Termo de Julgamento, no qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

**15.9.** Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

**15.10.** Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

## **16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)**

**16.1.** Deverá o licitante classificado em primeiro lugar, apresentar planilha orçamentária readequada ao valor final ofertado, caso haja erros ou omissões sanáveis no conteúdo da proposta e da planilha orçamentária, será oportunizado à licitante realizar os devidos ajustes e complementações desde que não haja a majoração do preço total ofertado durante a fase de lances.

**16.1.1.** Deverá estar assinada e se possível, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legalmente credenciado e pelo responsável técnico indicado pela empresa com

registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.

**16.2.** A Planilha Atualizada deverá ser anexada após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e por seu responsável técnico, contendo os seguintes documentos:

**16.2.1.** Carta endereçada à Comissão de Obras, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número da Concorrência, conforme modelo (**ANEXO IV**), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, relacionando ainda, os seguintes itens:

- a) Preço global em valor numérico e por extenso;
- b) Prazo de execução dos serviços;
- c) Prazo de validade da Proposta, que deverá ser de no mínimo de **90 (noventa)** dias.
- d) A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, **o Banco, Agência e número da Conta Corrente**, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.

**16.2.2.** Planilha Orçamentária baseada nos projetos executivos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

- a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;
- b) Especificação clara dos serviços a serem executados de acordo com a Planilha do órgão requisitante;
- c) Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;
- d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Comissão de Contratação, e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise;
- e) **Será exigida das proponentes a apresentação:**
  - e.1) Todas as composições unitárias de custos de todos os itens;
  - e.2) Todos as CPU, deverão ser idênticos ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa;
  - e.3) Composição do BDI: O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pela **SEOSP/RO**, que no caso em tela é de **22,88% (vinte e dois vírgula oitenta e oito por cento)** para construção, os tributos **IRPJ** e **CSLL** não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e personalíssima. (**ANEXO IX** ou a critério da licitante).
- f) A exigências contidas na alínea “e.2” deste item não constitui objeto de **DECLASSIFICAÇÃO** de proposta. Havendo erro a licitante será convocada a qualquer tempo para proceder com as correções, sob pena de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta.
- g) **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** contendo: distribuição das etapas ou serviços ao longo do prazo de execução, valores da etapa de execução ao longo do tempo, percentuais parciais e percentuais acumulados e acumulado mensal e acumulado geral.
- h) Detalhamento dos Encargos Sociais (ES) (**ANEXO X** ou a critério da licitante).;

**16.3.** Será concedido um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, sob pena de desclassificação do licitante.

## **17. DO RECURSO**

**17.1.** A Comissão de Obras declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo **00:10 (dez minutos)**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**17.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica decadência desse direito, ficando a Comissão de Obras autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

**17.3.** Havendo quem se manifeste, caberá a Comissão de Obras verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**17.3.1.** Nesse momento a Comissão de Obras não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**17.3.2.** A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

**17.4.** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, com base no art.º 165 da Lei nº 14.133/21, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**17.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**18.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

**19.1.** A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**19.2.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**19.3.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**19.4.** Na hipótese de ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **20. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**20.1.** Oficialmente convocada pela Administração com vistas à celebração do contrato ou instrumento equivalente, é dado à contratada o prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data da ciência ao chamamento, para assinatura do documento, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência.

**20.2.** O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

**20.3.** Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item “20.1”, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

**20.4.** Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até **25 (vinte e cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até **45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, conforme exposto no Art. 94, § 3º, da Lei 14.133/21.

## **21. DA GARANTIA CONTRATUAL**

**21.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da execução, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

**21.2.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

**21.3.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme o art. 96 da Lei nº 14.133/21:

- a)** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b)** Seguro-garantia (**ANEXO VI**);
- c)** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil (**ANEXO V**).

**d)** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**21.4.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**21.5.** Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

**21.6.** A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**21.7.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

**21.8.** Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

**21.9.** Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária.

**21.10.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

**21.11.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**21.12.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

**21.13.** O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

**21.14.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

**21.15.** Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.



**21.16.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**21.17.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**21.18.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

**21.19.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**21.20.** O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**21.21.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

**21.22.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**21.23.** A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

**21.24.** A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

**21.25.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**21.26.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital.

**21.27.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**21.28.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Edital.

## **22. DOS PRAZOS**

### **22.1. Prazo de execução dos serviços:**

**22.1.1.** O prazo previsto para a execução dos serviços desta licitação é de **300 (trezentos) dias corridos** e será contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço para início da obra, expedida pela Administração Pública (SEOSP/RO), sendo que, dentro desse prazo, o período máximo para elaboração dos projetos básicos, elaboração do orçamento, licenciamentos e aprovações para início das obras será de 60 (sessenta) dias corridos.

### **22.2. Prazo de início dos serviços:**

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

**22.2.1.** O início dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

**22.2.2.** A contratada deve assinar e receber a Ordem de Serviço no SEI no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

**22.3. Prazo de vigência contratual:**

**22.3.1.** O prazo de vigência será de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, a contar da data de sua assinatura, do Instrumento contratual, nos termos da Lei nº 14.133/21, respeitando-se os demais preceitos legais.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**23.1.** Assinar o contrato disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação para assinatura.

**23.2.** Assinar e receber a Ordem de Serviço no SEI no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

**23.3.** Após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes representantes da Direção, da Gestão, da Fiscalização Técnica, da Procuradoria Jurídica e da Controladoria Interna e demais atores correlacionados, além do preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

**23.4.** Manter, durante a licitação e a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/edital, em relação às obras e serviços.

**23.5.** Nos casos em que haja a necessidade de execução de entrada de energia em alta tensão, a contratada deverá, na fase de execução, dispor em seu corpo técnico profissional habilitado para a execução de tal serviço.

**23.6.** Nos casos em que haja a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV ou Relatório de Impacto Trânsito - RIT, por exigência dos órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos, durante a execução da obra ou sua conclusão, a elaboração do EIV ou RIT será de responsabilidade da empresa Contratada, sem custos para a Contratante.

**23.7.** Nos casos em que haja a necessidade de elaboração de EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental por exigência dos órgãos responsáveis pela aprovação do projeto, durante a execução da obra ou sua conclusão, a elaboração do EIA/RIMA será de responsabilidade da empresa Contratada, sem custos para a Contratante.

**23.8.** A Contratada não poderá subempreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, no limite definido neste Edital, continuando a responder, porém direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia do SEOSP e o cumprimento da Lei Federal Nº. 13.429 de 31/03/2017, a qual dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

**23.9.** Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.



**23.10.** Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos, inclusive EPI's, EPC's e materiais necessários à segurança do pessoal que trabalha nos serviços, bem como oferecer todas as condições exigidas pelo Ministério do Trabalho, tendo em vista o risco que o tipo de serviço oferece.

**23.11.** Após a elaboração do projeto básico, a Contratada deverá submeter à aprovação da Administração o conjunto completo de desenhos, especificações, memoriais, planilhas e cronograma físico-financeiro correspondente, para verificação de aderência aos parâmetros definidos no edital, no anteprojeto e nas normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, ficando vedadas alterações que reduzam a qualidade, a durabilidade, o desempenho ou a vida útil do empreendimento, permanecendo a Contratada integralmente responsável pelos riscos associados ao projeto básico por ela desenvolvido.

**23.12.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações dos memoriais descritivos.

**23.13.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**23.14.** Assegurar à Contratante, em conformidade com o artigo 35:

- a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**23.15.** Realizar a conclusão contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante.

**23.16.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**23.17.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes.

**23.18.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

**23.19.** Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, alimentação de pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do Contrato, todos os tipos de cópias de projetos ou documentos, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela Contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a SEOSP.

**23.20.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

**23.21.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

**23.22.** Comunicar à fiscalização da Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, inclusive acidentes de impacto ambiental e social.

**23.23.** Fica para a empresa Contratada, a responsabilidade das instalações hidrossanitárias e elétricas provisórias. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato.

**23.24.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, no prazo determinado.

**23.25.** Manter permanentemente na obra um(a) Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) habilitado(a) tecnicamente para dirigir os trabalhos, bem como para responder por todos os atos praticados pela Contratada, durante a execução dos serviços contratados.

**23.26.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

**23.27.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

**23.28.** Transportar/deslocar por sua conta e risco o pessoal, os materiais, equipamentos, veículos ou máquinas necessárias à execução dos respectivos serviços.

**23.29.** Executar o Contrato conforme especificações do Edital de Licitação e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, instrumentos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução dos serviços solicitados, em conformidade com o sistema construtivo proposto desde que sustentável no Plano de Trabalho.

**23.30.** Reparar, corrigir, remover ou substituir no total ou em parte, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**23.31.** Executar serviços de primeira qualidade utilizando para isto mão de obra de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas e identificadas, de forma que os serviços atinjam o fim especificado.

**23.32.** Dar ciência à SEOSP, através da fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.

**23.33.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**23.34.** A ausência ou omissão da fiscalização da SEOSP não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas nas leis ou no Contrato, bem como nas normas da ABNT, CONFEA, CREA, INMETRO, Corpo de Bombeiros e demais regulamentos oficiais que regem os assuntos vinculados à execução do objeto.

**23.35.** Atender e repassar, tempestivamente, através de seu preposto/responsável técnico e/ou administrativos, a comunicação das solicitações da SEOSP e/ou do Fiscal do Contrato.

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO - Fone: (69) 3212-9243.

**23.36.** Transportar por sua conta e risco os lixos, entulhos, retirando-os das dependências da obra, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes, seja ocorrido no local de retirada do entulho por sua culpa, ou no trajeto de transporte. Os lixos e entulhos deverão ter sua destinação adequada, observando as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos pela Legislação Municipal e pela Resolução nº 307:2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

**23.37.** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- I. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- II. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- III. florestas plantadas; e
- IV. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

**23.38.** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual.

**23.39.** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental e social:

- a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151:2020 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152:2020 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

**23.40.** Conforme Art. 2º da Instrução Normativa do IPHAN, assim como assegurado no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937; na lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; e no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, caso sejam identificados quaisquer vestígios arqueológicos na Área Diretamente Afetada pelas obras, o empreendedor deverá se responsabilizar pela conservação desses bens, comprometendo-se a suspender imediatamente os serviços ou atividades na área afetada do empreendimento e comunicar a Superintendência Estadual do IPHAN.

**23.41.** Fazer as anotações dos andamentos da construção em diário de obras. Este diário deverá permanecer no canteiro e ficar disponível todos os dias à fiscalização da SEOSP, ou a qualquer outro órgão oficial de fiscalização que precisar fazer algum tipo de anotação referente à obra ou serviço de engenharia em execução. O diário de obras deverá ser anotado de forma contínua e simultânea à execução da obra ou serviço de engenharia, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das

atividades em relação ao cronograma previsto. A não apresentação do diário de obras à fiscalização (entregar o original e não cópias) impedirá o visto nas notas fiscais referentes às medições dos serviços executados no período (para efetuar medições, os serviços deverão estar executados).

**23.42.** Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução dos serviços.

**23.43.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

**23.44.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**23.45.** A Contratada responderá pela solidez e segurança da obra por 5 anos após sua entrega, conforme Art. 618 do Código Civil, devendo paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Dessa forma, a Contratada irá refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**23.46.** Elaborar e entregar à Contratante, às suas expensas, o Manual de Operação, Manutenção e Conservação da Obra (Manual do Proprietário), observando integralmente as disposições da ABNT NBR 14.037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos. O manual deverá ser entregue ao término da execução da obra, juntamente com a solicitação de recebimento definitivo, e conter, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

- a) Cópias de todos os projetos e documentos de aprovação junto aos órgãos competentes (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, concessionárias e demais entidades envolvidas);
- b) Cópias dos projetos “como construído” (as built), elaborados conforme a ABNT NBR 14.645 – Elaboração do “como construído” para edificações;
- c) Alvarás, licenças e certidões emitidos pelos órgãos competentes;
- d) Termos de garantia de materiais, equipamentos, componentes e sistemas instalados;
- e) Manuais de uso e manutenção de máquinas, equipamentos e sistemas implantados.

**23.47.** Toda a documentação deverá ser entregue em meio físico e/ou digital, em formatos adequados à sua natureza, devendo os projetos serem fornecidos também em formato .IFC, em conformidade com as diretrizes de apresentação de projetos constantes dos anexos deste Edital e do Termo de Referência.

**23.48.** Nos termos do Decreto Estadual nº 25.783/2021, a contratada deverá empregar, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional.

**23.49.** Cumprimento de cotas de aprendizes, sendo que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 a 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e ou risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

**23.50.** Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras. Incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o QR Code que direcione para sítio eletrônico oficial com informações da obra, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo do Estado de Rondônia.

**23.51.** Apresentar declaração expressa, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

**23.52.** Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos de controle interno e externo do Estado, bem como dos funcionários da SEOSP, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

**23.53.** Fornecer e instalar, sob suas custas, placa de inauguração de conclusão das obras, e garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo do Estado.

**23.54.** Submeter, após a elaboração do Projeto Básico, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital, no anteprojeto e nos demais documentos técnicos da contratação, bem como sua conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedadas alterações que descaracterizem o objeto, reduzam a qualidade ou comprometam a vida útil do empreendimento, mantida a responsabilidade integral da contratada pelos riscos associados ao projeto básico, conforme previsto no § 3º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

**23.55.** Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Para esta obrigação será exigida em Edital a apresentação de Declaração na fase de habilitação da licitação.

**23.56.** Apresentar todas as declarações constantes no Anexo deste Edital e Termo de Referência (disponíveis no Documento “Modelos de Declarações” constantes no Drive), as quais seguem listadas a seguir:

- I. Declaração de ciência e aceite do ato convocatório e seus anexos;
- II. Declaração de integralidade dos custos trabalhistas na proposta;
- III. Declaração de habilitação e veracidade das informações;
- IV. Declaração de superveniência de fato impeditivo à habilitação;
- V. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da C.F;
- VI. Declaração de ciência e cumprimento do disposto no inciso III e IV do art. 1 e inciso III do art. 5 da C.F;
- VII. Declaração de conformidade com o art. 12 da constituição do estado de Rondônia e demais normas correlatas;
- VIII. Declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz;
- IX. Declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- X. Declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional;
- XI. Declaração de conhecimento das condições locais e das obrigações relativas ao objeto licitado;



- XII. Declaração de dispensa de vistoria técnica e conhecimento das condições locais (se for o caso);
- XIII. Declaração de compromisso técnico-profissional para execução do objeto contratual;
- XIV. Declaração de disponibilidade das instalações, dos equipamentos, máquinas e do pessoal técnico.

Obs.: Conforme art. 63, §3º da Lei 14.133/2021 a declaração de conhecimento das condições locais e das obrigações relativas ao objeto licitado poderá ser substituída pela declaração de dispensa de vistoria técnica e conhecimento das condições locais, devendo o documento ser assinado pelo responsável técnico do licitante.

## **24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 24.1.** Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº. 14.133/2021.
- 24.2.** Liberar o local e permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para execução dos serviços solicitados; prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- 24.3.** Alocar os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste Contrato.
- 24.4.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 24.5.** Quando for o caso, conferir a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas ou por tempo de serviço na área registrado em carteira de trabalho.
- 24.6.** Exigir da Contratada a imediata correção de serviços mal executados e substituição de materiais, equipamentos e acessórios em desacordo com o especificado.
- 24.7.** Exigir que a Contratada mantenha o seu pessoal provido de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI's e EPC's, que deverão ser fornecidos pela Licitante Vencedora).
- 24.8.** Receber, conferir e atestar a nota fiscal/documentos de cobrança.
- 24.9.** Exigir que o Diário de Obra esteja sempre atualizado e disponível no canteiro da obra.
- 24.10.** Verificar e exigir a execução das rotinas de serviços estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital de licitação.
- 24.11.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 24.12.** Pagar à Contratada o valor devido pelas etapas efetivamente concluídas e atestadas pela fiscalização, conforme o cronograma físico-financeiro e as condições de medição e pagamento estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.
- 24.13.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**24.14.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

**24.15.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

**24.16.** promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

**24.17.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.

**24.18.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**24.19.** Arquivar, entre outros documentos, de projetos, as built, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

**24.20.** Exigir da Contratada que providencie como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso, a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**24.21.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias mediante justificativa, conforme art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

## **25. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**25.1.** A Contratada poderá subcontratar parcialmente a execução do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, desde que a subcontratação não implique transferência da parcela principal da obrigação, da coordenação geral da contratação integrada ou das parcelas de maior relevância técnica e econômica do empreendimento.

**25.2.** Admite-se a subcontratação, mediante prévia e expressa autorização da Contratante, das seguintes parcelas de natureza especializada, complementar ou acessória:

I- execução de paisagismo, plantio de espécies vegetais, jardins de chuva, grama, canteiros e tratamentos paisagísticos complementares;

II- fornecimento e instalação de mobiliário urbano, bancos, gradis, guarda-corpos, corrimãos, mastros, portões, sinalização e elementos de acabamento externo;

III- execução de piso podotátil, comunicação visual, pintura, forros, revestimentos complementares, limpeza final de obra e serviços acessórios de acabamento;

IV- fornecimento, fabricação artística e instalação de elementos especiais, tais como monumento da Bíblia, totens em relevo, peças artísticas, componentes cenográficos e elementos decorativos, desde que mantida a compatibilidade com o anteprojeto e com as aprovações da Administração;

V- fornecimento e instalação de sistemas especiais e equipamentos específicos, tais como chafarizes, fontes interativas, painel de comando, reservatório metálico, poço artesiano, SPDA,



iluminação cênica, equipamentos eletromecânicos e outros subsistemas especializados, inclusive com projetos executivos de fabricante ou montador, desde que tais projetos sejam complementares e permaneçam sob coordenação, compatibilização BIM, validação técnica e responsabilidade integral da Contratada;

VI- ensaios, testes, comissionamento, serviços laboratoriais, levantamentos complementares e apoio técnico especializado vinculado à execução.

**25.3.** Fica vedada a subcontratação, ainda que parcial, das parcelas que constituem o núcleo principal da contratação, notadamente:

I- a coordenação geral da contratação integrada, a gestão da obra, a administração do canteiro, a compatibilização global em BIM e a responsabilidade técnica central pela solução contratada;

II- a elaboração, coordenação e consolidação do projeto básico e do projeto executivo do empreendimento como um todo, admitindo-se apenas a contratação de projetistas ou fornecedores especializados para disciplinas ou subsistemas específicos, sem prejuízo de que a coordenação, integração, compatibilização e responsabilidade final pelos projetos permaneçam integralmente com a Contratada;

III- os serviços de terraplenagem estruturante, movimentação de terra principal, regularização de subleito, execução de base e sub-base e demais serviços de preparação estrutural do terreno vinculados à implantação da praça;

IV- a execução dos pisos principais do empreendimento, especialmente o piso cimentício drenante e o pavimento em piso intertravado, por se tratarem de parcelas de maior relevância econômica e funcional da obra;

V- a execução de fundações, estrutura em concreto armado, formas, armações, concretagens, blocos, vigas, lajes, pilares, baldrames e demais serviços estruturais do palco, bases e elementos permanentes da obra;

VI- a execução da estrutura metálica principal da cobertura em arco, sua trama estrutural e o telhamento termoacústico do palco, por constituírem parcela relevante da solução arquitetônica e estrutural do empreendimento;

VII- as instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de drenagem principais da praça, inclusive redes alimentadoras, infraestrutura enterrada principal, sistemas de bombeamento e distribuição essenciais ao funcionamento global do equipamento;

VIII- as parcelas que tenham sido utilizadas pela Contratada para comprovação de sua qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional, salvo autorização expressa da Contratante, mediante demonstração de que a substituição não compromete a execução, a responsabilidade técnica nem o atendimento das condições de habilitação exigidas no certame.

**25.4.** A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto. A Contratada continuará sendo a única responsável perante a Contratante pela qualidade, prazo, desempenho, segurança, conformidade técnica e cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive em relação às parcelas subcontratadas.

- a) A autorização para subcontratação dependerá da apresentação, pela Contratada, de requerimento formal instruído com:
- b) identificação da parcela a ser subcontratada e respectivo valor estimado;
- c) qualificação completa da subcontratada;

- d) documentação comprobatória da capacidade técnica da subcontratada compatível com a parcela a ser executada;
- e) prova de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e, quando cabível, documentação de registro profissional e responsabilidade técnica;
- f) demonstração de que a subcontratação pretendida não alcança parcela vedada e não ultrapassa o limite contratual fixado.

**25.5.** A Contratante analisará a documentação apresentada e poderá autorizar, condicionar ou indeferir a subcontratação, de forma motivada, especialmente quando verificar risco à execução, à fiscalização, à compatibilização dos projetos, à segurança da obra ou à coerência técnico-econômica do contrato.

**25.6.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela, ou os dirigentes desta, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**25.7.** A Contratada deverá promover a supervisão direta dos serviços subcontratados, assegurar a integração entre as frentes executivas, manter atualizada a documentação da subcontratada nos autos e garantir que toda ART/RRT ou documento técnico exigível seja emitido e apresentado antes do início da respectiva parcela.

## **26. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO**

### **26.1. Condições gerais**

**26.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**26.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**26.1.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**26.1.4.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**26.1.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor do contrato convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial (kick-off) para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**26.1.6.** Para o exercício da função, o gestor e os fiscais deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

## **26.2. Preposto da contratada**

**26.2.1.** A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

**26.2.2.** A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

**26.2.3.** O preposto deverá possuir conhecimento técnico e administrativo do contrato.

**26.2.4.** O preposto estará disponível durante o período de execução para atendimento às demandas da fiscalização.

**26.2.5.** O preposto deverá formalizar suas manifestações exclusivamente pelos canais oficiais definidos no contrato ou no edital.

## **26.3. Rotina de Fiscalização**

**26.3.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **26.4. Fiscalização Técnica**

**26.4.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**26.4.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**26.4.3.** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**26.4.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**26.4.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**26.4.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**26.4.7.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**26.4.8.** As disposições previstas neste Edital não excluem o disposto da Instrução Normativa nº 01/2025/SEOSP-GAB, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **26.5. Fiscalização Administrativa**

**26.5.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**26.5.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **26.6. Gestor do Contrato**

**26.6.1.** Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **27. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**27.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

- Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- A medição e o pagamento deverão estar associados ao cumprimento de etapas do cronograma físico-financeiro, vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada em preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

**27.2.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**27.3.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**27.4.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**27.5.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**27.6.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

- I- O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- II- O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

**27.7.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**27.8.** A contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última

e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**27.9.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**27.10.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**27.11.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**27.12.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**27.13.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- I- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- II- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a contratada, por escrito, as respectivas correções;
- III- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- IV- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- V- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**27.14.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, 1 de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



**27.15.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**27.16.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**27.17.** A remuneração da contratada observará o regime de preço global, nos termos do art. 46, § 9º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

## **28. DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**28.1.** A remuneração contratual observará o regime de preço global, sendo a medição e o pagamento vinculados à conclusão de etapas autônomas e individualizadas do cronograma físico-financeiro, associadas ao atingimento das respectivas metas de resultado.

**28.2.** É vedada a adoção de sistemática de pagamento fundada exclusivamente em preços unitários ou na mera apuração de quantidades isoladas de itens da planilha orçamentária, sem correspondência com etapas efetivamente concluídas do empreendimento.

**28.3.** Cada etapa somente será considerada concluída para fins de medição e pagamento após a verificação, pela fiscalização, do atendimento integral dos requisitos técnicos, funcionais e de qualidade a ela correspondentes, conforme o cronograma físico-financeiro, o anteprojeto, os projetos aprovados e as demais especificações contratuais.

**28.4.** As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

- I- nota fiscal, fatura ou documento equivalente que corresponda à etapa objeto da solicitação de pagamento, indicando o valor devido e a etapa do cronograma físico-financeiro a que se refere;
- II- certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
- III- certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;
- IV- comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;
- V- documento de medição e ateste da etapa executada, emitido pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, especialmente quando adotada sistemática de medição e pagamento vinculada à conclusão das etapas previstas no cronograma físico-financeiro e ao atingimento das respectivas metas de resultado;
- VI- comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;

VII- comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.

**28.5.** Os documentos apresentados deverão ser analisados e atestados pela fiscalização do contrato, que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento, à vista do cumprimento integral da etapa correspondente, do atendimento das respectivas metas de resultado e da efetiva correspondência entre a etapa concluída e o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

**28.6.** Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

**28.7.** Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

**28.8.** Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

**28.9.** A eventual ausência ou irregularidade na documentação exigida não afasta a caracterização de descumprimento de obrigação contratual, podendo ensejar a apuração de responsabilidade da Contratada, na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

#### **28.10. Prazo de Pagamento**

**28.10.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 190, do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

**28.10.2.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para pagamento após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

**28.10.3.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (IBGE) de correção monetária.

#### **28.11. Forma de Pagamento**

**28.11.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

**28.11.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**28.11.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**28.11.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**28.11.5.** A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**29.1.** Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**29.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- d) Multa:
  - Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

- Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

Observação: O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

Observação: Inexecução de etapa crítica para segurança elétrica (como instalação de dispositivos de proteção): aplicar multa de 10% do valor da etapa;

Observação 2: Inexecução de serviços que comprometam acessibilidade ou iluminação de segurança: aplicar multa de 5% do valor da etapa.

**29.3.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**29.4.** Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**29.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**29.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**29.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (dias) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**29.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**29.9.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**29.10.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**29.11.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- As peculiaridades do caso concreto;
- III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV- Os danos que dela provierem para o Contratante; e
- V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**29.12.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**29.13.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**29.14.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas no âmbito do Estado de Rondônia, especialmente no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, mantido pela Controladoria-Geral do Estado – CGE.

**29.15.** As penalidades deverão ser obrigatoriamente registradas no CAGEFIMP, conforme regulamentação estadual, e, quando exigido, no SICAF, nos termos do art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021.

**29.16.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**29.17.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, decorrentes deste contrato ou de outros contratos administrativos firmados com a mesma Secretaria, desde que haja previsão contratual e observância da legislação

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

estadual vigente, especialmente as normas expedidas pela Controladoria-Geral do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

### 30. DO REAJUSTAMENTO

**30.1.** Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimativo constante dos autos, elaborado com base na tabela SINAPI – RO (não desonerado), referente ao mês de **fevereiro de 2026**.

**30.2.** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses referido no item anterior, o valor contratual poderá ser reajustado, desde que requerido pela contratada, mediante aplicação dos índices constantes na tabela abaixo, a ser pactuado no contrato, com fundamento no art. 154, § 2º, do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024.

Grupo / subgrupo do orçamento	Índice adotado	Início da série histórica	Índice em 02/2026
1.1 Administração e Taxas — administração e controle, equipe parcial, encarregado, vigia, almoxarife e responsável técnico	Administração Local	dez/2016 = 100	161,315
1.2 Taxas e Programas de Normas Regulamentadoras — PCMSO, PGR, taxas, emolumentos e PGRCC	Administração Local	dez/2016 = 100	161,315
1.3 Projetos Executivos — elaboração de projetos básicos, executivos, complementares, compatibilização e orçamento	Consultoria, Supervisão e Projeto	dez/2000 = 100	311,938
2. Canteiro de Obras — placa, instalações provisórias, containers, barracões, tapumes e proteção externa	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
3.1 Serviços Preliminares — locação convencional da obra e preparação inicial	Terraplenagem	dez/2000 = 100	503,808
3.2 Movimentação de Terra — limpeza mecanizada, carga, descarga, escavação, aterro, compactação e transporte de solo/material	Terraplenagem	dez/2000 = 100	503,808
3.2 Movimentação de Terra — regularização de subleito, base, sub-base e cascalho laterítico	Pavimentação	dez/2000 = 100	593,003
4.1 Fundações e Estrutura — Estrutura em Concreto Armado	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481



Grupo / subgrupo do orçamento	Índice adotado	Início da série histórica	Índice em 02/2026
4.2 Fundações e Estrutura — Estrutura Metálica do palco/cobertura em arco	Superestrutura de Passarelas Metálicas	jul/2021 = 100	115,280
5. Paredes e Vedações — alvenarias, blocos, cobogós e fechamentos	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
6. Instalações Hidrossanitárias — redes, conexões, registros, reservação, poço artesiano e sistemas hidráulicos	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
7. Instalações Elétricas — cabos, quadros, eletrodutos, caixas, postes, luminárias, subestação e iluminação funcional/paisagística	Obras Complementares e Meio Ambiente	dez/2016 = 100	169,077
8.1 Instalações Especiais — SPDA e combate a incêndio	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
8.2 Instalações Especiais — fontes interativas, chafarizes, painel DMX, reservatórios e equipamentos eletromecânicos	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
9. Esquadrias — portões, fechamentos e elementos correlatos	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
10. Revestimentos — chapisco, emboço, pastilhas, porcelanatos, bordas, placas cimentícias e impermeabilizações	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
11. Cobertura — telha metálica termoacústica e calhas	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
12.1 a 12.5 Pisos internos e acabamentos de piso — contrapiso, piso cerâmico, piso podotátil de concreto/borracha	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
12.6 Pisos — pavimento em piso intertravado de concreto	Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	dez/2000 = 100	442,937
12.7 Pisos — piso cimentício drenante e camada de assentamento	Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	dez/2000 = 100	442,937
12.7.3 Pisos — enchimento de brita para dreno/camada drenante associada ao piso drenante	Drenagem	dez/2000 = 100	496,457

Grupo / subgrupo do orçamento	Índice adotado	Início da série histórica	Índice em 02/2026
13. Pintura — fundo selador, massa acrílica e pintura látex acrílica	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
14.1 Urbanização — passeio/calçada ou piso de concreto moldado in loco	Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	dez/2000 = 100	442,937
14.3 e 14.4 Urbanização — dreno profundo, guias e meio-fios	Drenagem	dez/2000 = 100	496,457
14.2, 14.5, 14.6 e 14.7 Urbanização — gradil, bancos, mastros, mobiliário urbano e paisagismo	Obras Complementares e Meio Ambiente	dez/2016 = 100	169,077
Elementos artísticos e especiais — monumento da Bíblia e totens em relevo, quando não enquadrados em outro grupo específico	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
15. Limpeza final da obra	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481

*Nota1: Nos grupos orçamentários de composição mista, o reajustamento deverá observar a natureza específica de cada subitem, com o respectivo desmembramento, quando necessário, sem alteração do valor global contratado. A adoção dos índices acima decorre da aplicação da IN nº 1/DNIT SEDE/2023 como referência metodológica principal, complementada pelo INCC para canteiro e edificações e, subsidiariamente, pelo IGP-DI para parcelas predominantemente industrializadas sem disciplina DNIT mais aderente. Os valores indicados correspondem à divulgação oficial dos índices do DNIT para fevereiro/2026.*

- 30.3.** O reajuste deverá ser precedido de requerimento expresso da contratada, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, conforme art. 152, inciso I, do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024. A instrução do processo de reajustamento caberá à Administração, contendo, além da solicitação da contratada, a análise técnica quanto à correção dos cálculos, a comprovação da disponibilidade orçamentária e a autorização da autoridade máxima da Pasta.
- 30.4.** O reajuste será concedido com base na variação acumulada do índice pactuado, e incidirá apenas sobre as parcelas de serviços executadas após o decurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses da data-base estipulada.
- 30.5.** O interregno mínimo para reajustes subsequentes será contado a partir da data do último reajustamento efetivado.
- 30.6.** O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 154, § 7º, do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024, salvo se coincidir com prorrogação contratual, hipótese em que deverá ser formalizado por termo aditivo.
- 30.7.** Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do índice pactuado, será adotado o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação vigente. Na ausência de previsão legal, as partes elegerão, por termo aditivo, novo índice oficial, com observância dos critérios de setorialidade e especialidade previstos no art. 156 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024.

**30.8.** O reajuste pleiteado fora do prazo contratual ou não acompanhado da devida ressalva por ocasião da prorrogação contratual será considerado precluso, conforme disposto no art. 153 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024.

**30.9.** O cálculo do reajuste será realizado mediante a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_0}{I_0} * V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;

$I_0$  = Índice de preço verificado no mês base do orçamento da administração/SEOSP;  
(FEVEREIRO/2026)

$I_i$  = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação.

### **30.10. Revisão contratual**

**30.10.1.** A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**30.10.2.** Na presente contratação, deverão ser observadas as regras específicas aplicáveis ao regime de contratação integrada, especialmente quanto às hipóteses restritas de alteração contratual, conforme art. 133 da Lei n.º 14.133/2021.

Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;

IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

**30.10.3.** Além da documentação geral para os casos de reequilíbrio econômico-financeiro, o pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
- Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
- Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;
- Documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;

- Ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e
- Pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

**30.10.4.** Nos casos de requerimento de revisão contratual, caberá ao fiscal administrativo ou seu substituto, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes.

**30.10.5.** A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.

## **31. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS**

**31.1.** Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**I - unilateralmente pela Administração:**

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em lei;
- c) As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação;

**II - por acordo entre as partes:**

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- d.1) Será aplicada às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

**31.2.** Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

**31.3.** O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite

para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **32. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO**

**32.1.** O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

**32.1.1.** Descumprir as condições do contrato;

**32.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**32.1.2.1.** O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão.

## **33. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**33.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**33.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**33.3.** Homologada a licitação o adjudicatário receberá a Ordem de Serviços para o início da obra.

**33.4.** Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para execução do serviço.

**33.5.** É facultado a COMISSÃO DE OBRAS ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

**33.6.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

**33.7.** Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas

**33.8.** Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

**33.9.** Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, no artigo 138.

**33.10.** Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

**33.11.** A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

**33.12.** É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.

**33.13.** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

**33.14.** No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.

**33.15.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**33.16.** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.

**33.17.** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

**33.18.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**33.19.** O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

## **34. ANEXOS**

**34.1.** Integram esta Concorrência, os seguintes anexos:

**Fazem parte deste edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:**

ANEXOS	
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
ANEXO III	CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO
ANEXO IV	CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)
ANEXO V	CARTA FIANÇA (MODELO)
ANEXO VI	SEGURO GARANTIA (MODELO)
ANEXO VII	CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).
ANEXO VIII	RELAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE (MODELO).
ANEXO IX	COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).
ANEXO X	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS. (MODELO)
ANEXO XI	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO XII	DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL



<b>ANEXO XIII</b>	<b>DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO</b>
<b>ANEXO XIV</b>	<b>MATRIZ DE RISCOS</b>

Porto Velho/RO, 08 de junho de 2026.

**ERALDA ETRA MARIA LESSA**

Presidente da Comissão de Obras - COOBR/SUPEL/RO

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP  
Assessoria da Coordenadoria CPO - SEOSP-ASCPO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SUMÁRIO**

1. [IDENTIFICAÇÃO](#)
2. [CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO](#)
  - 2.1. [Objeto da contratação](#)
  - 2.3. [Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade](#)
  - 2.4. [Classificação do objeto quanto ao modelo de execução](#)
  - 2.5. [Prazo de vigência e execução dos serviços](#)
  - 2.7. [Vinculação aos instrumentos de planejamento](#)
3. [FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO](#)
4. [DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO](#)
  - 4.6. [Diretrizes Técnicas e Escopo da Solução](#)
  - 4.7. [Definição dos Níveis de Serviços Desejados](#)
5. [REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)
  - 5.3. [Requisitos técnicos da contratação](#)
  - 5.4. [Requisitos de sustentabilidade](#)
  - 5.5. [Critérios sociais obrigatórios](#)
  - 5.6. [Vedação de utilização de determinadas marcas/produtos](#)
  - 5.7. [Subcontratação](#)
  - 5.8. [Da participação de cooperativas](#)
  - 5.9. [Garantia da contratação](#)
  - 5.10. [Vistoria](#)
6. [MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)
  - 6.1. [Condições de execução](#)
  - 6.2. [Local e horário da prestação dos serviços](#)
  - 6.3. [Rotinas a serem cumpridas](#)
  - 6.4. [Materiais a serem disponibilizados](#)
  - 6.5. [Informações relevantes para o dimensionamento da proposta](#)
  - 6.6. [Informações sobre a apresentação e entrega dos produtos](#)
  - 6.7. [Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas](#)

- 6.8. [Especificação da garantia do serviço](#)
- 7. [MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO](#)
  - 7.1. [Condições gerais](#)
  - 7.2. [Preposto da contratada](#)
  - 7.3. [Rotina de Fiscalização](#)
  - 7.4. [Fiscalização Técnica](#)
  - 7.5. [Fiscalização Administrativa](#)
  - 7.6. [Gestor do Contrato](#)
- 8. [CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)
  - 8.1. [Condições Gerais](#)
  - 8.2. [Do Recebimento](#)
  - 8.3. [Medição e pagamento](#)
  - 8.4. [Prazo de Pagamento](#)
  - 8.5. [Forma de Pagamento](#)
  - 8.6. [Das Condições de Aceite dos Projetos](#)
  - 8.7. [Das Condições de Aceite da Obra](#)
  - 8.8. [Do Equilíbrio Econômico-Financeiro](#)
  - 8.9. [Reajuste](#)
  - 8.10. [Revisão contratual](#)
- 9. [INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)
- 10. [DA FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR](#)
  - 10.1. [Forma de seleção e critério de julgamento da proposta](#)
  - 10.2. [Regime de execução](#)
  - 10.3. [Justificativa da estratégia de seleção do fornecedor](#)
  - 10.4. [Critérios de aceitabilidade de preços](#)
  - 10.5. [Garantia Adicional](#)
  - 10.7. [Habilitação jurídica](#)
  - 10.8. [Habilitação fiscal, social e trabalhista](#)
  - 10.9. [Habilitação Econômico-Financeira](#)
  - 10.10. [Habilitação técnica](#)
  - 10.11. [Habilitação técnico-operacional](#)
  - 10.12. [Habilitação técnico-profissional](#)
  - 10.14. [Disposições gerais sobre habilitação](#)
  - 10.15. [Documentação complementar para cooperativas](#)
- 11. [DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS](#)
- 12. [DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO](#)
- 13. [ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO](#)

14. [ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)
15. [DAS OBRIGAÇÕES](#)
  - 15.1. [DA CONTRATANTE](#)
  - 15.2. [DA CONTRATADA](#)
16. [MATRIZ DE RISCOS](#)
17. [DISPOSIÇÕES FINAIS](#)
18. [ANEXOS](#)

## IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP

Departamento: Coordenação de Projetos e Orçamento - CPO

## CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### Objeto da contratação

Contratação integrada de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura para elaboração dos projetos básico, executivo e complementares, obtenção das aprovações necessárias e execução da obra de implantação de espaço público urbano multifuncional, denominado Praça da Bíblia, no município de Porto Velho/RO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	Contratação integrada para construção da Praça da Bíblia, situado no bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia	1350	SERVIÇO	1,00	R\$ 12.343.929,00

### Parcelamento do objeto

O objeto não será parcelado, conforme análise constante no item 8 do Estudo Técnico Preliminar, em observância ao disposto no art. 47 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

O objeto da contratação é classificado como obra especial, conforme análise constante no item 7.14 do Estudo Técnico Preliminar.

### Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

Trata-se de contrato por escopo, nos termos do art. 6º, inciso XVII, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, uma vez que o objeto impõe à contratada o dever de construir a Praça da Bíblia dentro de prazo pré-determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

### Prazo de vigência e execução dos serviços

Em consonância ao previsto na Planilha Cronograma Físico-Financeiro ([71282772](#)), o prazo de vigência do contrato será de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, contados a partir da data da assinatura do Instrumento contratual. Já o período de execução do contrato para elaboração de projeto

básico, projeto executivo e execução da obra será de 300 (trezentos) dias corridos, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço, sendo que, dentro desse prazo, o período máximo para elaboração dos projetos básicos, elaboração do orçamento, licenciamentos e aprovações para início das obras será de 60 (sessenta) dias corridos.

A Contratada deverá apresentar seu Cronograma Físico-Financeiro, que passará pela aprovação do Contratante, e a execução do contrato deverá seguir este Cronograma Físico-Financeiro aprovado.

### **Regime jurídico aplicável**

A presente contratação será regida pela Lei n.º 14.133/2021, pelo Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024, pela [Instrução Normativa nº 01/2025/SEOSP-GAB](#) e demais normas aplicáveis.

### **Vinculação aos instrumentos de planejamento**

O objeto da presente contratação encontra-se alinhado ao planejamento estratégico da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP e integra o Plano de Contratações Anual (PCA) da Pasta, conforme Portaria nº 260 de 11 de maio de 2026 ([72068730](#)), publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia n.º 90, no dia 12 de maio de 2026.

## **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação visa atender à necessidade de integração comunitária e qualificação urbana no bairro Nova Esperança, município de Porto Velho/RO, por meio da implantação da Praça da Bíblia. O empreendimento tem como objetivo oferecer à população local um espaço público multifuncional, destinado ao lazer, convivência social e eventos culturais, contribuindo para a valorização do espaço urbano, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a promoção da cidadania.

A proposta contempla a execução de áreas temáticas como monumento da Bíblia Sagrada, espelho d'água com ilhas narrativas, palco coberto, zonas de paisagismo e lazer, além de área de estacionamento. Trata-se de solução arquitetônica e urbanística alinhada aos princípios do desenvolvimento urbano sustentável, da acessibilidade universal e da função social do espaço público, conforme evidenciado nos documentos de planejamento da contratação.

O objeto está formalmente previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2025 da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, conforme Portaria n.º 82, de 11 de fevereiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia n.º 30, no dia 13 de fevereiro de 2025.

## **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

Após levantamento das alternativas possíveis para atendimento à demanda de integração comunitária da população, no município de Porto Velho/RO, chegou-se à conclusão de que a melhor solução é a construção de uma Praça Pública, em um terreno de propriedade do Estado de Rondônia com área total de 127.868,63 m², onde será utilizado uma área de 20.281,03 m². No presente Estudo Técnico Preliminar chamaremos a unidade "Praça da Bíblia".

Será fornecido pelo Contratante o anteprojeto elaborado pela Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, que servirá como base para o desenvolvimento dos demais projetos. O anteprojeto já delimita áreas de implantação, circulação, funcionalidade e parâmetros essenciais do empreendimento, garantindo a caracterização da solução e o dimensionamento inicial do objeto pretendido pela Administração.

Assim, caberá à Contratada:

- Elaborar todos os projetos necessários à execução, observando normas técnicas da ABNT, as Diretrizes de Apresentação de Projetos, em anexo, e legislações correlatas;
- Obter as aprovações e licenças junto aos órgãos competentes;
- Compatibilizar projetos e orçamentos durante todo o ciclo de execução;
- Executar a obra conforme especificações e diretrizes constantes do anteprojeto, deste Estudo Técnico Preliminar e dos demais documentos do processo licitatório.

Poderão ser adotadas, pela contratada, soluções executivas e construtivas que proporcionem maior agilidade, qualidade e sustentabilidade à execução da obra, desde que compatíveis com o anteprojeto e com os demais elementos técnicos fornecidos pela Administração, sem descaracterização do objeto, do partido arquitetônico, do programa funcional e dos parâmetros mínimos de desempenho, segurança, acessibilidade, durabilidade e identidade visual do empreendimento.

A construção deverá seguir os elementos técnicos fornecidos: anteprojetos e planilha orçamentária preliminar. Além disso, a contratada deve preservar a concepção arquitetônica e os parâmetros essenciais definidos pela Administração, mas pode propor ajustes pontuais de acabamento ou detalhamento, desde que esses ajustes não descaracterizem o anteprojeto e sejam previamente aprovados pela SEOSP.

### **Diretrizes Técnicas e Escopo da Solução**

Será fornecido o anteprojeto arquitetônico pelo Contratante, o qual servirá de base para desenvolvimento dos demais projetos. As áreas dos ambientes estão de acordo com as normas vigentes e a sua disposição segue os fluxos necessários para o correto funcionamento.

Qualquer alteração necessária deverá ser comunicada à Contratante para sua análise e aprovação.

Será fornecido pela Contratante o projeto planialtimétrico e o laudo de sondagem do terreno. As licenças e aprovações nos órgãos competentes ficarão a encargo da Contratada.

Deverão ser consideradas inovações tecnológicas ou técnicas para desenvolvimento dos projetos, no que se refere à sustentabilidade ambiental (soluções de conforto higrotérmico e acústico, eficiência energética, reaproveitamento de águas pluviais, soluções para minimização de resíduos sólidos e utilização de materiais menos poluentes).

As inovações tecnológicas e demais soluções escolhidas pela contratada devem considerar a relação custo-benefício das manutenções futuras e priorizar as alternativas que tenham disponibilidade de assistência técnica local.

A Contratada ficará responsável pela elaboração do projeto executivo de arquitetura, contemplando todas as especificações e detalhamentos, assim como pela elaboração dos projetos complementares necessários para execução da obra, suas instalações e perfeito funcionamento.

Os projetos deverão ser executados por profissionais habilitados, obedecer às normas técnicas e serem aprovados pelos órgãos competentes.

O projeto deve garantir solidez e segurança conforme normas técnicas vigentes, incluindo a NBR 15.575:2013, NBR 8.681:2013 e NBR 9077:2001, atendendo também à legislação estadual e municipal de combate a incêndios. Deve assegurar a durabilidade da edificação durante sua vida útil, com o cumprimento de manutenções especificadas no Manual de Uso, Operação e Manutenção, mantendo o desempenho estabelecido no projeto. A contratação deve priorizar soluções construtivas que garantam segurança estrutural, eficiência no uso e operação, e adequação às necessidades da comunidade.

Outro aspecto de extrema relevância refere-se à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, que deve ser assegurada durante toda a execução da obra. A preservação desses elementos constitui requisito essencial, devendo a contratada por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas, garantir a integridade da memória cultural e do patrimônio existente no entorno da área de intervenção. Nesse sentido, impõe-se a observância do disposto no art. 45, inciso V, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, que estabelece a obrigatoriedade de resguardar o patrimônio cultural em suas diversas manifestações, cabendo à contratada adotar todas as medidas preventivas pertinentes e comunicar imediatamente qualquer achado ou ocorrência relevante aos órgãos competentes.

Da mesma forma, destaca-se a importância da acessibilidade, devendo as obras ser plenamente compatíveis com os princípios de inclusão e com as exigências técnicas aplicáveis. A acessibilidade constitui requisito essencial para assegurar que as edificações possam ser utilizadas por todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo condições



adequadas de circulação, segurança e autonomia. Assim, impõe-se a observância do disposto no art. 45, inciso VI, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, que determina a obrigatoriedade de garantir acessibilidade plena na concepção e execução das obras, sem prejuízo do atendimento aos demais incisos do referido dispositivo legal.

Projetos (básico e executivo) a serem elaborados:

Acessibilidade;  
Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico;  
Terraplanagem;  
Arquitetônico;  
Implantação e Paisagismo;  
Pavimentação;  
Canteiro de Obras;  
Fundações;  
Estrutural;  
Mecânico;  
Hidrossanitário e Drenagem;  
Instalações Elétricas;  
Luminotécnico;  
Climatização;  
Impermeabilização;  
SPDA;  
Sinalização Visual e Comunicação;  
Orçamentação completa do custo da obra;  
Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;  
Gerenciamento e Compatibilização dos Projetos (Especialista BIM).

A Contratada será a responsável por toda a compatibilização multidisciplinar entre todos os projetos durante todo o ciclo da edificação. Caso haja necessidade de elaboração de projeto(s) que não se encontre(m) listado(s) na relação acima, a Contratada deverá, às próprias custas, elaborá-lo(s).

Serão realizadas reuniões periódicas entre Contratante e Contratada para acompanhamento do desenvolvimento dos serviços. Em cada reunião da equipe técnica de projeto para fins de compatibilização, deverá ser gerado relatório de conflitos (Relatórios de Clash Detection). Os relatórios de conflitos deverão ser compilados ao final do projeto e entregues à Contratante.

A Contratada também será responsável pela validação das planilhas geradas a partir do modelo BIM dos projetos, bem como de todos os documentos gerados a partir dos modelos em BIM.

Os projetos devem abranger todos os itens descritos acima e seguir as indicações constantes deste Estudo Técnico Preliminar, o termo de referência que será elaborado e seus anexos, contemplando as normas técnicas referentes a cada projeto.

Os projetos desenvolvidos pela Contratada serão supervisionados pelos arquitetos e profissionais representantes da Coordenadoria de Projetos e Orçamento para que haja perfeita compatibilização das diversas disciplinas envolvidas. O coordenador de projeto, designado expressamente pela Contratada, será a ligação entre a Contratada e a Contratante durante a execução do Contrato e será o responsável pela integração e compatibilização de todos os projetos.

A Contratada deverá apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica), quitados, referentes aos serviços contratados.

### **Definição dos Níveis de Serviços Desejados**

Em relação aos níveis de serviço desejados na execução da obra, é essencial adotar inovações tecnológicas e técnicas que promovam a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética. Isso inclui a redução do consumo de energia por meio de soluções de conforto higrotérmico e acústico, reaproveitamento de águas pluviais e o uso de materiais menos poluentes. Além disso, deve-se optar por sistemas construtivos que controlem a geração de resíduos sólidos e a geração de emissões de carbono, com o uso de mão de obra qualificada, que proporcionem maior agilidade na execução da obra, garantindo assim a diminuição do prazo de entrega e soluções mais vantajosas para a Administração.

Deve-se realizar o planejamento da obra visando garantia da qualidade dos serviços executados, tanto daqueles realizados pela equipe própria quanto de terceiros, para alcançar os níveis de serviço desejados.

Dessa forma, são fatores essenciais a uma obra de qualidade o controle eficiente dos processos de execução, principalmente o monitoramento da qualidade dos materiais empregados, o controle do nível de execução dos serviços e alto índice de confiabilidade nos fornecedores e prestadores escolhidos.

Em relação aos materiais empregados, devem ser observados os parâmetros mínimos definidos no Memorial Descritivo. Devendo ser atendidos os aspectos de Conforto Tátil e Antropodinâmico definidos pela NBR 15.575:2013.

Em relação à mão de obra empregada, deve-se observar o disposto na ISO 9001, visando recrutar profissionais capacitados e com habilidades complementares para execução dos serviços. Para a execução da obra, deverão ser atendidas as Normas Regulamentadoras da construção civil (NRs):

NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

NR 8 – Padrões de edificações;

NR 12 – Uso de maquinário;

NR 18 – Medidas de segurança;

NR 35 – Segurança nas alturas.

### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação deverá atender à necessidade de implantação de espaço público urbano multifuncional destinado à integração comunitária no Bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho/RO, devendo observar requisitos técnicos, funcionais, operacionais e normativos mínimos necessários para assegurar a adequação da solução ao interesse público, à segurança dos usuários, à durabilidade do empreendimento e à correta execução do objeto.

Para atendimento da necessidade administrativa identificada, a contratação deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

#### **Requisitos técnicos da contratação**

A contratação deverá contemplar a elaboração dos projetos básico, executivo e complementares, bem como a execução integral da obra, em conformidade com o anteprojeto, programa de necessidades, memorial descritivo, levantamentos e demais documentos técnicos disponibilizados pela Administração;

A contratada deverá preservar a finalidade de implantação de praça pública aberta, multifuncional e vocacionada ao uso coletivo, apta a comportar atividades de convivência, permanência, circulação, contemplação e eventos compatíveis com a natureza do empreendimento;

Os projetos e a execução deverão observar integralmente a legislação pertinente, as normas técnicas aplicáveis e as exigências dos órgãos de controle e licenciamento, especialmente quanto à segurança, acessibilidade, desempenho, instalações, drenagem e estabilidade dos sistemas construtivos;

O orçamento e o prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra devem ser elaborados pela Contratada com base no custo de referência e prazos definidos no anteprojeto;

A obra deverá assegurar acessibilidade universal, com rotas acessíveis, condições adequadas de circulação e uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de modo compatível com a natureza pública e aberta do equipamento;

A execução deverá contemplar adequada compatibilização entre as disciplinas de arquitetura, estrutura, instalações, paisagismo e demais componentes técnicos, de modo a reduzir interferências, retrabalhos e inconsistências executivas;

Os projetos deverão ser desenvolvidos com nível de detalhamento suficiente para assegurar compreensão adequada da solução, viabilidade executiva, controle técnico da obra e suporte à fiscalização contratual;

Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;

Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

Caso seja contratada, a empresa deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos que comprovem que possui, em seu quadro de funcionários, Responsável Técnico pelos serviços constantes na proposta, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes ao objeto deste Estudo;

Os profissionais indicados pela Contratada durante a licitação, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional e técnico operacional, deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Contratante, conforme determina, em seu art. 67, §6º, a Lei nº 14.133/21;

A contratação deverá contemplar a obtenção, pela futura contratada, das aprovações, licenças, anuências, liberações e demais providências técnicas exigíveis para o desenvolvimento dos projetos e para a execução do objeto, ressalvadas as competências legalmente atribuídas à Administração;

Incluir e documentar atitudes sustentáveis no desenrolar da obra, sobretudo o descarte de entulho e materiais;

Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe;

Elaborar projetos e submeter à aprovação da Administração o conjunto completo de desenhos, especificações, memoriais, planilhas e cronograma físico-financeiro correspondente, para verificação de aderência aos parâmetros definidos no edital, no anteprojeto e nas normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, ficando vedadas alterações que reduzam a qualidade, a durabilidade, o desempenho ou a vida útil do empreendimento, permanecendo a contratada integralmente responsável pelos riscos associados ao projeto básico por ela desenvolvido;

Após a conclusão contratual, a contratada deverá realizar a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante.

### **Requisitos de sustentabilidade**

A empresa contratada deverá utilizar na execução da obra as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

Sempre que possível, fazer uso de energia renovável;

Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços;

Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA N.º 257/1999;

Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA N.º 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

Atendimento ao disposto no Plano de Gestão de Logística Sustentável - PGLS da SEOSP (2024-2026) - ([0051039413](#));

Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades;

Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental;

Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;

Os produtos utilizados não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### **Critérios sociais obrigatórios**

Nos termos do disposto na Lei n.º 14.133/2021, a contratada deverá assegurar o cumprimento das cotas legais de mão de obra, quando aplicáveis, observando:

- O cumprimento das cotas previstas em lei para reabilitados da Previdência Social e para aprendizes, quando aplicável;
- A reserva de vagas para egressos do sistema prisional e apenados em regime semiaberto, conforme art. 25, §9º, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação estadual pelo Decreto nº 25.783/2021, alterado pelo Decreto nº 28.857/2024, que estabelece percentual mínimo de 2% (dois por cento) da mão de obra empregada.

A contratada deverá comprovar mensalmente o cumprimento dessas cotas exclusivamente em relação aos egressos e apenados, mediante apresentação de relação nominal dos empregados contratados junto à Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS/RO, nos termos do art. 6º do Decreto Estadual n.º 25.783/2021, que disciplina a obrigação de comprovação periódica do percentual exigido.

A Administração poderá exigir a apresentação de certificados, laudos técnicos ou outros documentos que atestem o cumprimento das medidas ambientais e sociais previstas. O descumprimento implicará na aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Estadual n.º 25.783/2021 e deste Termo de Referência.

### **Vedação de utilização de determinadas marcas/produtos**

É vedada a utilização de insumos, materiais ou equipamentos que:

- Não atendam às normas técnicas da ABNT, especialmente aquelas relativas à acessibilidade, segurança e desempenho;
- Estejam em desconformidade com a legislação ambiental aplicável, inclusive quanto à gestão de resíduos e logística reversa;
- Comprometam a durabilidade, a qualidade ou a eficiência das soluções construtivas previstas no projeto executivo;
- Estejam proibidos por normas federais, estaduais ou municipais específicas.

A fiscalização poderá exigir da contratada comprovação de conformidade por meio de certificações oficiais, laudos laboratoriais ou outros documentos equivalentes emitidos por órgãos competentes, observada a legislação vigente.

### **Subcontratação**

A Contratada poderá subcontratar parcialmente a execução do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, desde que a subcontratação não implique transferência da parcela principal da obrigação, da coordenação geral da contratação integrada ou das parcelas de maior relevância técnica e econômica do empreendimento.

Admite-se a subcontratação, mediante prévia e expressa autorização da Contratante, das seguintes parcelas de natureza especializada, complementar ou acessória:

- execução de paisagismo, plantio de espécies vegetais, jardins de chuva, grama, canteiros e tratamentos paisagísticos complementares;
- fornecimento e instalação de mobiliário urbano, bancos, gradis, guarda-corpos, corrimãos, mastros, portões, sinalização e elementos de acabamento externo;
- execução de piso podotátil, comunicação visual, pintura, forros, revestimentos complementares, limpeza final de obra e serviços acessórios de acabamento;
- fornecimento, fabricação artística e instalação de elementos especiais, tais como monumento da Bíblia, totens em relevo, peças artísticas, componentes cenográficos e elementos decorativos, desde que mantida a compatibilidade com o anteprojeto e com as aprovações da Administração;



fornecimento e instalação de sistemas especiais e equipamentos específicos, tais como chafarizes, fontes interativas, painel de comando, reservatório metálico, poço artesiano, SPDA, iluminação cênica, equipamentos eletromecânicos e outros subsistemas especializados, inclusive com projetos executivos de fabricante ou montador, desde que tais projetos sejam complementares e permaneçam sob coordenação, compatibilização BIM, validação técnica e responsabilidade integral da Contratada;

ensaios, testes, comissionamento, serviços laboratoriais, levantamentos complementares e apoio técnico especializado vinculado à execução.

Fica vedada a subcontratação, ainda que parcial, das parcelas que constituem o núcleo principal da contratação, notadamente:

a coordenação geral da contratação integrada, a gestão da obra, a administração do canteiro, a compatibilização global em BIM e a responsabilidade técnica central pela solução contratada;

a elaboração, coordenação e consolidação do projeto básico e do projeto executivo do empreendimento como um todo, admitindo-se apenas a contratação de projetistas ou fornecedores especializados para disciplinas ou subsistemas específicos, sem prejuízo de que a coordenação, integração, compatibilização e responsabilidade final pelos projetos permaneçam integralmente com a Contratada;

os serviços de terraplenagem estruturante, movimentação de terra principal, regularização de subleito, execução de base e sub-base e demais serviços de preparação estrutural do terreno vinculados à implantação da praça;

a execução dos pisos principais do empreendimento, especialmente o piso cimentício drenante e o pavimento em piso intertravado, por se tratarem de parcelas de maior relevância econômica e funcional da obra;

a execução de fundações, estrutura em concreto armado, formas, armações, concretagens, blocos, vigas, lajes, pilares, baldrames e demais serviços estruturais do palco, bases e elementos permanentes da obra;

a execução da estrutura metálica principal da cobertura em arco, sua trama estrutural e o telhamento termoacústico do palco, por constituírem parcela relevante da solução arquitetônica e estrutural do empreendimento;

as instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias e de drenagem principais da praça, inclusive redes alimentadoras, infraestrutura enterrada principal, sistemas de bombeamento e distribuição essenciais ao funcionamento global do equipamento;

as parcelas que tenham sido utilizadas pela Contratada para comprovação de sua qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional, salvo autorização expressa da Contratante, mediante demonstração de que a substituição não compromete a execução, a responsabilidade técnica nem o atendimento das condições de habilitação exigidas no certame.

A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto. A Contratada continuará sendo a única responsável perante a Contratante pela qualidade, prazo, desempenho, segurança, conformidade técnica e cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive em relação às parcelas subcontratadas.

A autorização para subcontratação dependerá da apresentação, pela Contratada, de requerimento formal instruído com:

identificação da parcela a ser subcontratada e respectivo valor estimado;

qualificação completa da subcontratada;



documentação comprobatória da capacidade técnica da subcontratada compatível com a parcela a ser executada;

prova de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e, quando cabível, documentação de registro profissional e responsabilidade técnica;

demonstração de que a subcontratação pretendida não alcança parcela vedada e não ultrapassa o limite contratual fixado.

A Contratante analisará a documentação apresentada e poderá autorizar, condicionar ou indeferir a subcontratação, de forma motivada, especialmente quando verificar risco à execução, à fiscalização, à compatibilização dos projetos, à segurança da obra ou à coerência técnico-econômica do contrato.

Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela, ou os dirigentes desta, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 122, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

A Contratada deverá promover a supervisão direta dos serviços subcontratados, assegurar a integração entre as frentes executivas, manter atualizada a documentação da subcontratada nos autos e garantir que toda ART/RRT ou documento técnico exigível seja emitido e apresentado antes do início da respectiva parcela.

#### **Da participação de cooperativas**

Nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, poderão participar da licitação profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que:

- A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

#### **Garantia da contratação**

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da execução, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### **Vistoria**

A vistoria tem como finalidade assegurar que a licitante:

- Conheça as condições reais do sítio de execução (acessos, interferências, tipo de solo, sinalização existente, vegetação, obstáculos, disponibilidade de rede, entre outros);
- Avalie previamente os riscos técnicos e operacionais envolvidos;
- Planeje com maior precisão a logística de fornecimento, transporte e instalação dos equipamentos e materiais;
- Identifique condições que impactem o cronograma ou os custos diretos e indiretos da execução contratual.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:30 horas às 13:30 horas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

A execução contratual será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço específica pela Administração, cuja expedição está prevista a partir do 5º (quinto) dia útil contado da assinatura do contrato.

Recebida a Ordem de Serviço, a contratada deverá apor ciência e assinatura no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da respectiva notificação.

O início dos serviços deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

A elaboração do Projeto Executivo ficará condicionada à prévia aprovação do Projeto Básico de todo o empreendimento, admitindo-se, quando tecnicamente viável e sem prejuízo à adequada compatibilização da solução, o seu desenvolvimento concomitante à execução da obra.

As medições dos serviços executados observarão as etapas, os marcos e os critérios previstos no Cronograma Físico-Financeiro constante do Anexo 5 – Diretrizes de Apresentação de Projetos.

A execução das obras e dos serviços deverá abranger todas as etapas necessárias à completa implantação da Praça da Bíblia, em conformidade com o anteprojeto de arquitetura e engenharia, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o Termo de Referência, bem como com os projetos básico e executivo a serem elaborados pela contratada a partir desses elementos, sem descaracterização da solução definida pela Administração.

Os serviços deverão ser executados de forma integrada, observando-se o sequenciamento lógico das atividades, a compatibilidade entre os sistemas construtivos, as instalações e os equipamentos previstos, de modo a assegurar a adequada implantação do empreendimento.

A execução envolverá, de forma exemplificativa e não limitativa, as seguintes etapas construtivas e de desenvolvimento técnico:

elaboração, desenvolvimento, compatibilização e detalhamento dos projetos básicos, executivos e complementares necessários à plena execução do empreendimento, inclusive aprovações, licenciamentos, documentos técnicos correlatos e atualização das soluções a partir dos elementos de referência fornecidos pela Administração;

mobilização da obra, implantação e manutenção do canteiro, administração local, atendimento às exigências de saúde e segurança do trabalho, programas obrigatórios, instalação de placa de obra, tapumes, proteção do entorno e instalações provisórias de água, energia, sanitários, escritório, almoxarifado, refeitório e apoio operacional;

serviços preliminares de locação da obra, limpeza da área, supressão de camada vegetal quando cabível, escavações, carga, transporte, descarga, regularização do terreno, aterro, compactação, conformação de subleito e execução de base e sub-base para os elementos pavimentados e áreas de implantação;

execução das fundações e da estrutura em concreto armado, compreendendo escavações localizadas, blocos, sapatas, vigas baldrame, pilares, vigas, lajes, armações, formas, concretagem e demais serviços estruturais necessários à estabilidade e funcionalidade da solução;

fabricação, fornecimento, transporte, montagem e instalação da estrutura metálica e da cobertura da área edificada, especialmente do palco e dos demais elementos que demandem solução estrutural metálica e telhamento termoacústico;

execução de paredes, vedações, fechamentos e elementos arquitetônicos correlatos, inclusive alvenarias, cobogós, fechamentos específicos, guarda-corpos, portões e demais dispositivos de proteção, delimitação e apoio ao uso do espaço;

implantação das instalações hidrossanitárias, compreendendo redes, conexões, registros, tubulações, reservação, abastecimento, inclusive poço artesiano, reservatório metálico e demais componentes necessários ao funcionamento hidráulico da praça e de seus equipamentos;

implantação das instalações elétricas e de iluminação, inclusive subestação, entrada de energia, quadros, condutores, eletrodutos, dispositivos de proteção, caixas de passagem, luminárias, postes e demais sistemas necessários ao adequado suprimento energético e à iluminação funcional e paisagística do empreendimento;

execução das instalações especiais, inclusive sistema de proteção contra descargas atmosféricas, dispositivos e sinalização de combate a incêndio e demais elementos especiais necessários à segurança e ao desempenho do espaço público;

implantação dos elementos hidráulicos e cênicos previstos para o espaço, inclusive fontes interativas, painéis de comando, reservatórios e sistemas associados ao funcionamento do espelho d'água e dos dispositivos aquáticos previstos na concepção do empreendimento;

execução dos revestimentos, impermeabilizações, acabamentos e fechamentos específicos, inclusive chapisco, emboço, massa única, revestimentos cerâmicos, bordas, placas cimentícias e demais soluções de acabamento compatíveis com o padrão definido para a obra;

execução dos pisos e pavimentações, abrangendo contrapiso, camadas de regularização, áreas permeáveis e pavimentadas, circulação interna, áreas de permanência e estacionamento, em conformidade com a proposta de uso intensivo do espaço e com a necessidade de adequada drenagem superficial;

execução das obras de urbanização e infraestrutura externa, inclusive drenagem profunda, meio-fio, bancos, mastros, gradis, delimitações, mobiliário urbano e demais componentes necessários à organização, segurança e fruição qualificada do espaço público;

implantação do paisagismo, compreendendo preparo das áreas, plantio de árvores, palmeiras, grama e demais espécies e elementos vegetais previstos, com vistas à qualificação ambiental, estética e funcional da praça;

execução do monumento alusivo à Bíblia e dos demais elementos arquitetônicos e artísticos integrantes da solução, observados os parâmetros do anteprojeto, do memorial descritivo e das aprovações da Administração;

realização de testes, verificações, ajustes finais, limpeza da obra, entrega de documentação técnica pertinente, comissionamento dos sistemas instalados e demais providências necessárias ao recebimento do objeto em condições adequadas de funcionamento, segurança e uso pela coletividade;

serviços finais e limpeza geral da obra, abrangendo remoção de resíduos, recomposição de áreas danificadas, limpeza pós-obra, teste dos sistemas e preparação do local para vistoria e recebimento; e

entrega das obras com documentação técnica, incluindo a apresentação dos projetos “como construído” (as built), emissão das respectivas ARTs/RRTs, entrega do Manual de Operação, Manutenção e Conservação da Obra (Manual do Proprietário) e suporte inicial à Administração quanto à conservação e uso adequado das intervenções.

O Manual deverá ser elaborado e entregue pela Contratada, às suas expensas, observando integralmente as disposições da ABNT NBR 14.037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações, e conter, no mínimo:



- Cópias de todos os projetos e documentos de aprovação junto aos órgãos competentes (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, concessionárias e demais entidades envolvidas);
- Cópias dos projetos “como construído” (as built), elaborados conforme a ABNT NBR 14.645 – Elaboração do “como construído” para edificações;
- Alvarás, licenças e certidões emitidos pelos órgãos competentes;
- Termos de garantia de materiais, equipamentos, componentes e sistemas instalados;
- Manuais de uso e manutenção de máquinas, equipamentos e sistemas implantados.

Toda a documentação deverá ser entregue em meio físico e/ou digital, em formatos adequados à sua natureza, sendo obrigatória a disponibilização dos projetos em formato .IFC, conforme diretrizes de apresentação de projetos constantes dos anexos deste Termo de Referência.

Todas as etapas de execução deverão observar as especificações técnicas, as normas aplicáveis da ABNT, o anteprojeto, os memoriais descritivos, os cadernos técnicos e catálogos integrantes da contratação, bem como os projetos posteriormente aprovados e as diretrizes da fiscalização. O cronograma físico-financeiro será o instrumento que balizará a sequência e a periodicidade das etapas, devendo ser cumprido integralmente, salvo ajustes devidamente autorizados pela fiscalização.

Por tratar-se de contratação integrada, o presente Termo de Referência está fundamentado em anteprojeto de engenharia e arquitetura, sendo que os projetos básico e executivo serão desenvolvidos pela futura contratada, sob supervisão e aprovação da Administração. Em razão dessa metodologia, poderão ocorrer adequações quantitativas e ajustes no orçamento de custo estimado, decorrentes do detalhamento técnico e da consolidação dos projetos executivos, sem que isso implique alteração da concepção arquitetônica, funcional ou das diretrizes estabelecidas no anteprojeto.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

Os serviços de execução da obra, qual seja, construção, serão prestados no seguinte endereço: Rua Projetada, s/n, ao lado do Bolsão de estacionamento do Espaço Alternativo, Bairro Nova Esperança, Município de Porto Velho/RO.

Os serviços deverão ser executados em horário comercial, conforme a jornada usual praticada pela contratada, observando-se as normas trabalhistas, ambientais e de segurança aplicáveis, bem como as condições definidas no edital e no contrato.

O acesso ao local de execução e eventuais interdições ou desvios deverão ser previamente comunicados às autoridades competentes, a fim de garantir a segurança viária e a continuidade dos serviços públicos.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

Caberá à contratada o fornecimento e manutenção de "Diário de Obras", devidamente numerado e rubricado pela fiscalização e pela contratada diariamente, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra e terá as seguintes características:

Será único, com páginas numeradas tipograficamente, em 02 vias, sendo a primeira da contratante e a segunda da contratada;

Todas as folhas do diário de obras deverão ser assinadas por um representante da fiscalização e do responsável técnico da contratada, no máximo, um dia após a referida data de entrada de dados;

Deverá, a qualquer tempo, permitir a reconstituição dos fatos relevantes ocorridos na obra e que tenham influenciado de alguma forma seu andamento ou execução, contendo, no mínimo, os seguintes campos: nome da contratada, nome do contratante, data, prazo contratual, prazo decorrido, prazo restante, condições do



tempo, máquinas e equipamentos, número e categoria de empregados, campo de ocorrências, campo para assinaturas do contratado e do contratante.

Serão obrigatoriamente registrados no "Diário de Obras", pela contratada:

Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;

Consultas à fiscalização;

Datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;

Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

Respostas às interpelações da fiscalização;

Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;

Outros fatos que, a juízo da contratada, devem ser objeto de registro.

Será objeto de registro no "Diário de Obras" pela fiscalização:

Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da contratada no "Diário de Obras";

Observações sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;

Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela contratada, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;

Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da contratada, seus prepostos e sua equipe;

Determinação de providências para o cumprimento do objeto e especificações;

Outros fatos que, a juízo da fiscalização, devem ser objeto de registro.

Durante a vigência da execução dos serviços, a contratada deverá observar e cumprir as seguintes rotinas operacionais, técnicas e administrativas:

Comparecimento regular ao local de execução, garantindo a presença de equipe técnica habilitada, com conhecimento do projeto, das normas técnicas e das exigências de segurança vigentes;

Apresentação de cronograma detalhado de execução (físico e financeiro), compatível com o anteprojeto, com o cronograma físico-financeiro referencial da contratação e com os projetos básico e executivo a serem posteriormente desenvolvidos pela contratada, a ser submetido à validação da fiscalização da SEOSP após a emissão da ordem de serviço e previamente ao início das frentes executivas correspondentes;

Solicitação prévia de aprovação para alterações de projeto, métodos ou materiais, ainda que por razões técnicas, sob pena de glosa de medição e aplicação de sanções;

Cumprimento das normas de segurança do trabalho, com uso obrigatório de EPI/EPC, sinalização provisória e aplicação das diretrizes dos programas PCMSO e PGR;

Adoção de medidas de mitigação de impactos ambientais e urbanos, especialmente quanto a resíduos, interferências no tráfego local e ruídos;

Participação em reuniões de alinhamento, sempre que convocada pela fiscalização ou gestão contratual, para análise de medições, definição de etapas e correções de eventuais não conformidades;

Cumprimento fiel dos prazos, especificações e exigências contratuais, com a observância rigorosa do cronograma aprovado, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021, no Decreto n.º 28.874/2024 e no contrato;

As rotinas aqui descritas poderão ser detalhadas no edital e no contrato, observando as peculiaridades do objeto e da localidade, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares vigentes.

As rotinas de trabalho relativas à elaboração dos projetos deverão observar as Diretrizes de Apresentação de Projetos constantes dos anexos deste Termo de Referência, bem como os demais documentos técnicos que instruem a contratação. As rotinas executivas da obra deverão observar as especificações técnicas, os memoriais descritivos, o cronograma aprovado e as orientações da fiscalização, sem prejuízo de detalhamentos complementares previstos no edital, no contrato ou em anexos específicos.

### **Materiais a serem disponibilizados**

A contratada deverá fornecer todos os materiais, insumos, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução da obra, em conformidade com os memoriais descritivos, projetos e especificações técnicas que integram este Termo de Referência.

Todos os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, em conformidade com as normas da ABNT e certificações do INMETRO, quando aplicável, sendo vedado o uso de produtos de origem duvidosa, reaproveitados ou que não atendam ao desempenho exigido.

Os materiais empregados deverão ser previamente submetidos à aprovação da fiscalização da SEOSP, acompanhados de catálogos técnicos, certificados de qualidade e, quando for o caso, relatórios de ensaios laboratoriais.

A contratada será responsável por:

- Providenciar a substituição imediata de materiais rejeitados pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração;
- Garantir o correto armazenamento, manuseio e transporte dos materiais, evitando perdas e danos;
- Assegurar a rastreabilidade de materiais e componentes estruturais, elétricos, de pavimentação, drenagem e acessibilidade, conforme previsto em projeto.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

Para a formulação das propostas, as licitantes deverão considerar as seguintes condições específicas que impactam diretamente no dimensionamento técnico e econômico do objeto:

- Localização e entorno - os serviços serão executados na Rua Projetada, s/n, ao lado do Bolsão de estacionamento do Espaço Alternativo, Bairro Nova Esperança, Município de Porto Velho/RO;
- Condições geotécnicas - os laudos de sondagem SPT e CBR indicam características de solo que exigem atenção ao dimensionamento;
- Materiais e métodos construtivos - deverão ser observadas as especificações constantes dos memoriais descritivos que integram este Termo de Referência;
- Condições climáticas - em razão do regime de chuvas do inverno amazônico, deverá ser prevista a adoção de métodos construtivos e cronogramas de execução compatíveis com períodos de precipitação intensa, a fim de mitigar riscos de paralisações, retrabalhos e atrasos;
- Restrições operacionais - durante a execução a contratada deve adotar providências para minimizar transtornos à rotina do entorno, especialmente na trafegabilidade de pedestres e veículos;

- Logística de fornecimento e transporte - deverão ser considerados os acessos urbanos à área de intervenção, a disponibilidade de insumos e o planejamento de transporte de equipamentos e materiais, compatíveis com as condições locais.

As propostas apresentadas deverão refletir integralmente essas condições, sob pena de glosa de medições ou aplicação de penalidades em caso de omissão ou subdimensionamento.

### **Informações sobre a apresentação e entrega dos produtos**

É requisito imprescindível que a entrega dos projetos e planejamento siga o modelo BIM. Entende-se como modelo BIM o “modelo digital tridimensional da construção”, baseado em objetos paramétricos e inter-relacionados, utilizando formatos universais e abertos como a entrega principal do objeto da contratação, o que implica que a ferramenta de modelagem a ser adotada pelos autores dos projetos deverá dar suporte aos requisitos baseados em padrões abertos. Além dos projetos entregues em formato aberto, a Contratada deve disponibilizar todos os arquivos de biblioteca utilizada em seus projetos (equipamentos, mobiliários, acessórios, etc.).

Para o desenvolvimento dos projetos, a empresa Contratada deverá utilizar *softwares* originais licenciados.

Os projetos básico e executivo e o planejamento a serem entregues pela Contratada consistem no conjunto de informações técnicas, necessárias e suficientes para a execução do empreendimento, devendo apresentar de forma clara, precisa e completa todas as indicações, detalhamento das interfaces dos sistemas e de seus componentes, e detalhes construtivos suficientes para a perfeita instalação, montagem e execução dos serviços e obras do objeto contratado.

Os projetos básicos e executivos deverão ser elaborados com base no anteprojeto fornecido pela Contratante, devendo conter detalhamentos necessários para a execução, fabricação, montagem, instalação, operação e manutenção das soluções propostas.

Após a elaboração do Projeto Básico pela Contratada, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais, peças técnicas e cronograma físico-financeiro correspondente deverá ser submetido à aprovação da Contratante, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital, neste Termo de Referência, no anteprojeto fornecido pela Administração e nas normas técnicas aplicáveis.

A aprovação administrativa do Projeto Básico não importará transferência à Contratante da responsabilidade técnica pela solução desenvolvida, permanecendo com a Contratada a responsabilidade integral pelos riscos associados ao projeto básico por ela elaborado.

Não serão admitidas soluções, alterações ou detalhamentos que impliquem redução da qualidade, da segurança, da funcionalidade, da durabilidade ou da vida útil do empreendimento em relação aos parâmetros fixados pela Administração.

A execução das etapas subsequentes da contratação ficará condicionada à conclusão e aprovação, pela Contratante, dos produtos técnicos da etapa antecedente, observada a lógica sequencial da contratação integrada.

Toda a documentação gráfica que compõem os projetos, como plantas, cortes, perfis, detalhamentos, diagramas, tabelas de quantidades, entre outros, deverão, sempre que possível, ser extraídas diretamente dos modelos BIM.

As demais peças escritas, como especificações técnicas, memoriais descritivos e planilha orçamentária deverão ser entregues nos formatos tradicionais (.xlsx/.docx/.pdf). Todos os elementos técnicos a serem desenvolvidos pela Contratada deverão apresentar detalhamento suficiente para garantir, de forma clara e objetiva, o entendimento dos sistemas a serem implementados.

Todos os projetos a serem desenvolvidos pela Contratada (Básico, Executivo e As Built), deverão ser entregues no formato nativo (.docx, .xlsx, .pln, .smc, .pdf, em formato neutro .IFC, nas versões 2x3 ou 4 e sempre que possível em formatos .rvt, .prj, .nwd).

A entrega final do projeto executivo de todas as disciplinas deverá ser em via digital assinada, com todas as pranchas do projeto.

Os projetos aprovados nos órgãos competentes deverão ser entregues em uma via impressa original carimbada e/ou assinada e também deverão ser entregues em via digital (pranchas e documentos escaneados).

A entrega dos serviços será realizada em 03 etapas, conforme Anexo 5 – diretrizes de apresentação de projetos.

A Contratada deverá atentar-se para o Nível de Detalhe Geométrico (ND) e o Nível de Informação (NI) especificado para cada elemento do modelo, conforme descrito no Anexo 5 – diretrizes de apresentação de projetos, de acordo com as seguintes etapas de projeto e níveis de desenvolvimento:

**PROJETO BÁSICO - ND 350;**

**PROJETO DE DETALHAMENTO DE ESPECIALIDADES – PROJETO EXECUTIVO - ND 400;**

**AS BUILT - PÓS-ENTREGA DA OBRA – OBRA CONCLUÍDA – ND 500.**

A Contratada poderá propor à Contratante alterações nas exigências contidas no ANexo 5 – diretrizes de apresentação de projetos, no que se refere ao Nível de Detalhe Geométrico e o Nível de Informação exigidos para os elementos do modelo, mediante justificativa a ser avaliada pela Contratante.

#### **Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas**

Nos termos do art. 133 da Lei nº 14.133, de 2021, nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do Contratante, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do Contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do §5º do art. 46 da Lei nº 14.133, de 2021; e

por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade do Contratante.

Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo Contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação do Contratante, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do Contratado pelos riscos associados ao projeto básico.

#### **Especificação da garantia do serviço**

A Contratada deverá garantir, por sua conta e responsabilidade, a perfeita execução da obra e a durabilidade dos serviços realizados, dos materiais empregados e dos equipamentos e sistemas instalados, assegurando o pleno funcionamento e o desempenho adequado de todos os elementos que compõem a Praça da Bíblia, conforme as especificações técnicas, projetos e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis.

Nos termos do art. 140, §6º, da Lei nº 14.133/2021, o prazo mínimo de garantia da obra será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data do recebimento definitivo, admitida a fixação de prazo superior no edital ou no contrato. O recebimento definitivo não exime a Contratada de sua responsabilidade objetiva pela solidez, segurança e funcionalidade da construção, tampouco afasta o dever de reparar,

corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer vícios, defeitos ou incorreções identificados durante o período de garantia.

Durante esse prazo, a Contratada obriga-se a:

realizar, sem ônus para a Administração, os reparos e substituições necessários para a correção de eventuais falhas de execução, vícios construtivos ou defeitos de materiais e equipamentos;

garantir a estabilidade, segurança e funcionalidade de todas as edificações, brinquedos, instalações elétricas e hidrossanitárias, sistemas de drenagem, iluminação pública e decorativa, pavimentações, mobiliário urbano e demais elementos da obra;

assegurar o desempenho e a integridade de componentes e equipamentos sujeitos a desgaste, conforme as normas ABNT NBR 6118, NBR 9050, NBR 16537, NBR 5410, NBR 5419, NBR 14718, NBR 14037 e demais aplicáveis;

realizar as intervenções de manutenção corretiva solicitadas pela fiscalização, observando os prazos e condições estabelecidos no contrato;

manter a rastreabilidade das garantias individuais de fabricantes e fornecedores, devendo repassar à Administração todos os certificados e manuais correspondentes.

O descumprimento das obrigações de garantia poderá implicar na retenção de valores contratuais ou na execução das garantias prestadas, conforme previsto na legislação e no contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

Os prazos de garantia de materiais e equipamentos fornecidos por fabricantes ou prestadores de serviço especializados deverão ser integralmente repassados à Administração, e constar expressamente do Manual de Operação, Manutenção e Conservação da Obra, conforme exigido neste Termo de Referência.

## **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **Condições gerais**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor do contrato convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial (kick-off) para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Para o exercício da função, o gestor e os fiscais deverão ser cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

### **Preposto da contratada**



A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

O preposto deverá possuir conhecimento técnico e administrativo do contrato.

O preposto estará disponível durante o período de execução para atendimento às demandas da fiscalização.

O preposto deverá formalizar suas manifestações exclusivamente pelos canais oficiais definidos no contrato ou no edital.

### **Rotina de Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto da Instrução Normativa nº 01/2025/SEOSP-GAB, aplicável no que for pertinente à contratação.

### **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:



coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Condições Gerais**

A execução contratual será avaliada com base em critérios objetivos definidos neste Termo de Referência. A aferição da execução dos serviços, para fins de pagamento, será realizada com base no cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, vinculadas às respectivas metas de resultado, observadas as especificações técnicas, os parâmetros de qualidade, o anteprojeto, os memoriais descritivos, os projetos aprovados e os demais documentos que integram o processo de contratação. As quantidades e especificações estabelecidas servirão como referência para verificação da conformidade técnica, da exequibilidade e da integral execução de cada etapa, sem descaracterizar a sistemática de medição e pagamento por etapas e metas de resultado.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

não produziu os resultados acordados,

deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do Recebimento**

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

- Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- A medição e o pagamento deverão estar associados ao cumprimento de etapas do cronograma físico-financeiro, vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada em preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Ao final de cada período/evento de faturamento:

O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

A contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando a contratada, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, 1 de abril de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

A remuneração da contratada observará o regime de preço global, nos termos do art. 46, § 9º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

### **Medição e pagamento**

A remuneração contratual observará o regime de preço global, sendo a medição e o pagamento vinculados à conclusão de etapas autônomas e individualizadas do cronograma físico-financeiro, associadas ao atingimento das respectivas metas de resultado.

É vedada a adoção de sistemática de pagamento fundada exclusivamente em preços unitários ou na mera apuração de quantidades isoladas de itens da planilha orçamentária, sem correspondência com etapas efetivamente concluídas do empreendimento.

Cada etapa somente será considerada concluída para fins de medição e pagamento após a verificação, pela fiscalização, do atendimento integral dos requisitos técnicos, funcionais e de qualidade a ela correspondentes, conforme o cronograma físico-financeiro, o anteprojeto, os projetos aprovados e as demais especificações contratuais.

As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

nota fiscal, fatura ou documento equivalente que corresponda à etapa objeto da solicitação de pagamento, indicando o valor devido e a etapa do cronograma físico-financeiro a que se refere;

certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;

documento de medição e ateste da etapa executada, emitido pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, especialmente quando adotada sistemática de medição e pagamento vinculada à conclusão das etapas previstas no cronograma físico-financeiro e ao atingimento das respectivas metas de resultado;

comprovante de atingimento de metas e respectivo impacto percentual no caso de remuneração variável;

comprovante de percentual de economia produzida, nos casos de contratos de eficiência.

Os documentos apresentados deverão ser analisados e atestados pela fiscalização do contrato, que emitirá parecer conclusivo sobre a viabilidade do pagamento, à vista do cumprimento integral da etapa correspondente, do atendimento das respectivas metas de resultado e da efetiva correspondência entre a etapa concluída e o valor cobrado, devendo ser autuado processo administrativo no qual serão incluídos cópia do contrato e eventuais termos aditivos, cópia da nota de empenho e mapa de controle de execução contratual.

Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento.

Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

A eventual ausência ou irregularidade na documentação exigida não afasta a caracterização de descumprimento de obrigação contratual, podendo ensejar a apuração de responsabilidade da Contratada, na forma do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **Prazo de Pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 190, do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para pagamento após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (IBGE) de correção monetária.

### **Forma de Pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Das Condições de Aceite dos Projetos**

Os projetos básico e executivo somente serão aceitos e aprovados pela SEOSP, após verificado que o nível de detalhamento e especificações técnicas de todos os projetos considerados necessários pela Contratante, contemplam os serviços e obras do escopo do objeto contratado, incluindo a aprovação nos órgãos competentes.

Os termos de entrega e recebimento serão utilizados como instrumentos formais, o primeiro para confirmação da entrega e o segundo para aprovação/aceitação por parte da Contratante.

Executadas, apresentadas e entregues as etapas dos projetos básico e executivo, a Contratante emitirá o Termo de Entrega, desde que o produto apresentado seja entregue na sua completude, pelo qual será atestado a sua entrega, para posterior verificação da sua conformidade com as especificações previstas no Contrato e em seus anexos.

Os produtos/serviços a serem entregues pela Contratada, para a obtenção do Termo de Entrega, devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, rascunhos ou similares.

Emitido o Termo de Entrega, a Contratante providenciará a verificação de conformidade dos projetos entregues na etapa em questão, de acordo com os critérios definidos no Contrato e em seus anexos, podendo solicitar, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.

Aprovada a Etapa de Projeto, a Contratante emitirá, em até 5 (cinco) dias úteis, o Termo de Recebimento. Uma vez reprovada, a Contratante convocará a Contratada para efetuar os ajustes necessários dentro do prazo definido para execução dos projetos.

Finalizados os ajustes, a Contratante reavaliará a Etapa, emitindo, caso aprovados, o Termo de Recebimento. Caso rejeitados, a Contratada ficará sujeita à aplicação de penalidades, confirmados os casos de reincidência de apontamentos não atendidos e ou negligenciados.

O critério a ser utilizado para a medição será baseado em serviços efetivamente executados, não sendo admitido adiantamento de parcelas referentes a serviços ainda não executados. Deverão ser emitidas junto ao CREA e/ou CAU e apresentados os comprovantes de pagamento das respectivas ARTs e/ou



RRTs, por parte dos profissionais declarados na fase de habilitação como responsáveis pela elaboração dos projetos.

Após o aceite dos serviços entregues, a Contratada poderá emitir Nota Fiscal para pagamento.

### **Das Condições de Aceite da Obra**

A Contratada ficará obrigada a entregar os seguintes documentos para a emissão do Termo de Recebimento Provisório:

Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar – CVCB, aprovando o serviço;

Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra / “Habite-se” emitido pela Prefeitura Municipal local;

ARTs/RRTs complementares;

*As built*, elaborado pelo responsável por sua execução;

Livro de Ordem - diários de obra remanescentes;

Recebimento das garantias dos equipamentos;

Manual do usuário;

Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da reparação/adaptação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência junto à Justiça do Trabalho, Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

### **Do Equilíbrio Econômico-Financeiro**

O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público.

O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito. Sendo assim, se:

apresentado no prazo estipulado, os efeitos financeiros retroagirão à database prevista na convenção coletiva de trabalho ou à data de ocorrência do fato gerador.

o pedido seja feito fora do prazo previsto, os efeitos financeiros serão contados a partir da data de recebimento do pedido pela contratante, sendo vedado ao ordenador de despesa conceder efeito retroativo aos efeitos financeiros.

Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com:

requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.



Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise.

Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias mediante justificativa, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021

### Reajuste

Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimativo constante dos autos, elaborado com base na tabela SINAPI – RO (não desonerado), referente ao mês de **fevereiro de 2026**.

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses referido no item anterior, o valor contratual poderá ser reajustado, desde que requerido pela contratada, mediante aplicação dos índices constantes na tabela abaixo, a ser pactuado no contrato, com fundamento no art. 154, § 2º, do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024.

Grupo / subgrupo do orçamento	Índice adotado	Início da série histórica	Índice em 02/2026
1.1 Administração e Taxas — administração e controle, equipe parcial, encarregado, vigia, almoxarife e responsável técnico	Administração Local	dez/2016 = 100	161,315
1.2 Taxas e Programas de Normas Regulamentadoras — PCMSO, PGR, taxas, emolumentos e PGRCC	Administração Local	dez/2016 = 100	161,315
1.3 Projetos Executivos — elaboração de projetos básicos, executivos, complementares, compatibilização e orçamento	Consultoria, Supervisão e Projeto	dez/2000 = 100	311,938
2. Canteiro de Obras — placa, instalações provisórias, containers, barracões, tapumes e proteção externa	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
3.1 Serviços Preliminares — locação convencional da obra e preparação inicial	Terraplenagem	dez/2000 = 100	503,808
3.2 Movimentação de Terra — limpeza mecanizada, carga, descarga, escavação, aterro, compactação e transporte de solo/material	Terraplenagem	dez/2000 = 100	503,808
3.2 Movimentação de Terra — regularização de subleito, base, sub-base e cascalho laterítico	Pavimentação	dez/2000 = 100	593,003
4.1 Fundações e Estrutura — Estrutura em Concreto Armado	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
4.2 Fundações e Estrutura — Estrutura Metálica do palco/cobertura em arco	Superestrutura de Passarelas Metálicas	jul/2021 = 100	115,280

Grupo / subgrupo do orçamento	Índice adotado	Início da série histórica	Índice em 02/2026
5. Paredes e Vedações — alvenarias, blocos, cobogós e fechamentos	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
6. Instalações Hidrossanitárias — redes, conexões, registros, reservação, poço artesiano e sistemas hidráulicos	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
7. Instalações Elétricas — cabos, quadros, eletrodutos, caixas, postes, luminárias, subestação e iluminação funcional/paisagística	Obras Complementares e Meio Ambiente	dez/2016 = 100	169,077
8.1 Instalações Especiais — SPDA e combate a incêndio	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
8.2 Instalações Especiais — fontes interativas, chafarizes, painel DMX, reservatórios e equipamentos eletromecânicos	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
9. Esquadrias — portões, fechamentos e elementos correlatos	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
10. Revestimentos — chapisco, emboço, pastilhas, porcelanatos, bordas, placas cimentícias e impermeabilizações	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
11. Cobertura — telha metálica termoacústica e calhas	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
12.1 a 12.5 Pisos internos e acabamentos de piso — contrapiso, piso cerâmico, piso podotátil de concreto/borracha	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
12.6 Pisos — pavimento em piso intertravado de concreto	Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	dez/2000 = 100	442,937
12.7 Pisos — piso cimentício drenante e camada de assentamento	Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	dez/2000 = 100	442,937
12.7.3 Pisos — enchimento de brita para dreno/camada drenante associada ao piso drenante	Drenagem	dez/2000 = 100	496,457
13. Pintura — fundo selador, massa acrílica e pintura látex acrílica	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
14.1 Urbanização — passeio/calçada ou piso de concreto moldado in loco	Pavimentos de Concreto de Cimento Portland	dez/2000 = 100	442,937

Grupo / subgrupo do orçamento	Índice adotado	Início da série histórica	Índice em 02/2026
14.3 e 14.4 Urbanização — dreno profundo, guias e meio-fios	Drenagem	dez/2000 = 100	496,457
14.2, 14.5, 14.6 e 14.7 Urbanização — gradil, bancos, mastros, mobiliário urbano e paisagismo	Obras Complementares e Meio Ambiente	dez/2016 = 100	169,077
Elementos artísticos e especiais — monumento da Bíblia e totens em relevo, quando não enquadrados em outro grupo específico	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481
15. Limpeza final da obra	INCC — Índice Nacional de Custo da Construção	ago/1994 = 100	1.240,481

*Nota1: Nos grupos orçamentários de composição mista, o reajustamento deverá observar a natureza específica de cada subitem, com o respectivo desmembramento, quando necessário, sem alteração do valor global contratado. A adoção dos índices acima decorre da aplicação da IN nº 1/DNIT SEDE/2023 como referência metodológica principal, complementada pelo INCC para canteiro e edificações e, subsidiariamente, pelo IGP-DI para parcelas predominantemente industrializadas sem disciplina DNIT mais aderente. Os valores indicados correspondem à divulgação oficial dos índices do DNIT para fevereiro/2026.*

O reajuste deverá ser precedido de requerimento expresso da contratada, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, conforme art. 152, inciso I, do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024. A instrução do processo de reajustamento caberá à Administração, contendo, além da solicitação da contratada, a análise técnica quanto à correção dos cálculos, a comprovação da disponibilidade orçamentária e a autorização da autoridade máxima da Pasta.

O reajuste será concedido com base na variação acumulada do índice pactuado, e incidirá apenas sobre as parcelas de serviços executadas após o decurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses da data-base estipulada.

O interregno mínimo para reajustes subsequentes será contado a partir da data do último reajustamento efetivado.

O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 154, § 7º, do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024, salvo se coincidir com prorrogação contratual, hipótese em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação do índice pactuado, será adotado o índice oficial que vier a ser determinado pela legislação vigente. Na ausência de previsão legal, as partes elegerão, por termo aditivo, novo índice oficial, com observância dos critérios de setorialidade e especialidade previstos no art. 156 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024.

O reajuste pleiteado fora do prazo contratual ou não acompanhado da devida ressalva por ocasião da prorrogação contratual será considerado precluso, conforme disposto no art. 153 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro 2024.

O cálculo do reajuste será realizado mediante a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_0}{I_0} * V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato da obra ou serviço a ser reajustado;

$I_0$  = Índice de preço verificado no mês base do orçamento da administração/SEOSP; (FEVEREIRO/2026)

$I_i$  = Índice de preço referente ao mês de reajustamento correspondente ao da data do adimplemento da obrigação.

### **Revisão contratual**

A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Na presente contratação, deverão ser observadas as regras específicas aplicáveis ao regime de contratação integrada, especialmente quanto às hipóteses restritas de alteração contratual, conforme art. 133 da Lei n.º 14.133/2021.

Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#);

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do [§ 5º do art. 46 desta Lei](#);

IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

Além da documentação geral para os casos de reequilíbrio econômico-financeiro, o pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- Requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável;
- Planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato;
- Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato;
- Documentação hábil demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
- Ato do ordenador de despesa do órgão ou entidade que decidir pelo reconhecimento das circunstâncias que autorizam a revisão do contrato; e
- Pesquisa de preços praticados no mercado a fim verificar se o preço reequilibrado permanece atendendo o pressuposto fundamental da licitação, se for o caso.

Nos casos de requerimento de revisão contratual, caberá ao fiscal administrativo ou seu substituto, exigir a comprovação dos custos suportados pelo contratado através de notas fiscais, realizando análise crítica da compatibilidade dos preços com a realidade de mercado constatada junto a outras fontes.

A revisão será formalizada por meio de termo aditivo.

## **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

Der causa à inexecução parcial do contrato;

Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total do contrato;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

•**Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

•**Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

•**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

•**Multa:**

○ Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

○ Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

▪ O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

○ Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

○ Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

○ Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

○ Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.



- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:
  - Inexecução de etapa crítica para segurança elétrica (como instalação de dispositivos de proteção): aplicar multa de 10% do valor da etapa;
  - Inexecução de serviços que comprometam acessibilidade ou iluminação de segurança: aplicar multa de 5% do valor da etapa.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (dias) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

A natureza e a gravidade da infração cometida;

As peculiaridades do caso concreto;

As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Os danos que dela provierem para o Contratante; e

A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação



ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas no âmbito do Estado de Rondônia, especialmente no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, mantido pela Controladoria-Geral do Estado – CGE.

As penalidades deverão ser obrigatoriamente registradas no CAGEFIMP, conforme regulamentação estadual, e, quando exigido, no SICAF, nos termos do art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, decorrentes deste contrato ou de outros contratos administrativos firmados com a mesma Secretaria, desde que haja previsão contratual e observância da legislação estadual vigente, especialmente as normas expedidas pela Controladoria-Geral do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

## **DA FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do art. 28, inciso II, e do art. 33, inciso I, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme justificativa presente no item 7.11 do Estudo Técnico Preliminar.

A escolha da forma de seleção, do critério de julgamento e do modo de disputa encontra-se fundamentada no item 7.9 e seguintes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Regime de execução**

O regime de execução será o de CONTRATAÇÃO INTEGRADA, nos termos do art. 46, inciso V, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, abrangendo a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a obtenção de licenças e aprovações junto aos órgãos competentes, bem como a execução integral da obra, conforme justificativa presente no item 7.12 do Estudo Técnico Preliminar.

### **Justificativa da estratégia de seleção do fornecedor**

A modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço e modo de disputa aberto, mostra-se a mais adequada ao presente objeto, por se tratar de obra especial de engenharia, submetida ao regime de contratação integrada, em que a Administração já definiu previamente os parâmetros técnicos essenciais do objeto por meio do anteprojeto e dos demais documentos de planejamento.

A combinação desses parâmetros mostra-se a mais adequada ao caso concreto porque assegura compatibilidade com a natureza do objeto, amplia a competitividade, preserva a objetividade do julgamento e permite a seleção da proposta de menor custo global para atendimento da solução pretendida, sem prejuízo dos requisitos técnicos, funcionais e de desempenho exigidos para a implantação da Praça da Bíblia.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

Será considerada inexequível a proposta que:

tiver valor global inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021; ou

apresentar valores unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ressalvada a comprovação, por documentação específica, de que os custos são coerentes com a boa técnica de execução e foram considerados na composição do preço global, conforme art. 59, §3º da mesma Lei.

Para fins de análise da exequibilidade:

A Administração poderá realizar diligências, solicitar planilhas de composição de custos unitários para os itens considerados discrepantes, bem como justificativas técnicas e econômicas que comprovem a viabilidade da proposta, nos termos do art. 45 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, e do art. 59, §§1º a 3º, da Lei nº 14.133/2021;

A verificação da conformidade poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;

Para obras e serviços de engenharia, serão considerados, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observando-se os critérios fixados no edital.

O valor global da proposta não poderá superar o valor estimado pela Administração, salvo hipótese de atualização por reavaliação de mercado até a fase de julgamento das propostas, devidamente registrada nos autos, nos termos do art. 23, §5º, da Lei nº 14.133/2021, sendo certo que, nos termos do art. 59, inciso III, propostas acima do orçamento estimado também poderão ser desclassificadas.

Na elaboração das propostas de preços é necessário que os licitantes apresentem o valor global no mês-base do orçamento – Fevereiro/2026, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena Execução da Obra objeto da licitação, atendendo aos seguintes itens: Quadro Resumo de Preços, Planilha de Preços Unitários por Item de Serviço, Composições de Preços Unitários e Cronograma Físico-Financeiro.

As empresas participantes deverão apresentar as propostas de preços com a composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, incidente no valor global.

Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

O orçamento de referência da SEOSP foi elaborado com as alíquotas de PIS e COFINS de 0,65% e 3,00%, respectivamente, admitindo-se o Regime Tributário do lucro presumido.

É necessário que o licitante apresente também o Cronograma Físico-Financeiro na forma do que é apresentado juntamente com Anteprojeto, podendo ser alterado mediante aprovação da SEOSP. Os pagamentos dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro aprovado decorrente do projeto executivo.

A proposta, que compreende a descrição dos serviços ofertados pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência, no anteprojeto e em seus anexos.

Considerando a adoção do regime de execução por contratação integrada, o procedimento licitatório deverá observar o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias úteis para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, nos termos do art. 55, inciso II, alínea “c” da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

### **Garantia Adicional**

Caso a proposta mais bem classificada apresente valor inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado pela Administração, será exigida garantia adicional correspondente à diferença entre

esse percentual e o valor da proposta, como condição para a assinatura do contrato, sem prejuízo da garantia ordinária exigida, conforme art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

A exigência da garantia adicional observará o disposto no art. 96, §2º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o disposto no edital, e poderá ser prestada nas modalidades previstas no art. 96, caput, da mesma Lei.

### **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

A habilitação jurídica, em consonância ao art. 66 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, será comprovada mediante a apresentação dos documentos, conforme o caso:

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

As habilitações fiscal, social e trabalhista, em consonância ao art. 68 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, será comprovada mediante a apresentação dos documentos:

Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital, bem como Municipal, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Habilitação Econômico-Financeira**

Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor Judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para a abertura da licitação.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP – DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

b.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em Jornal; ou

- Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

b.2) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente será aceito o balanço do ano anterior.

b.3) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registradas na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

b.4) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante.

b.5) Os documentos exigidos no item "b" serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Comprovação de possuir Patrimônio Líquido ou capital social igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor a ser contratado, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social – cópia extraída do Livro Diário e registrado na Junta Comercial ou publicação em Diário Oficial, ou Certidão de Cartório de Títulos ou Documentos. Uma vez apresentados estes documentos na forma do contido no item "b", não é necessária nova inclusão. Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal nº 9.964 de 10/04/2000.

Comprovação da situação financeira da empresa que será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

d.1) As empresas deverão apresentar os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

d.2) Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigida, para fins de habilitação, a



comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

A existência de recuperação judicial ou extrajudicial não implicará inabilitação automática da licitante, cabendo à Administração avaliar, no caso concreto, a demonstração de sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato, sem prejuízo do atendimento dos demais requisitos de habilitação.

Conforme regra estabelecida pelos §§ 1º e 2º do art. 15 da Lei nº 14.133/21, para as empresas que participarem em consórcio, exceto para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, haverá um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira para as empresas que participarem em consórcio, exceto para consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

### **Habilitação técnica**

Para fins de habilitação técnica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação. (modelo em anexo a este Termo de Referência)

a.1) Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (modelo em anexo a este Termo de Referência)

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade e com jurisdição na sua sede;

b.1) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

b.2) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado de Rondônia deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a Licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA de Rondônia antes da assinatura do Contrato.

### **Habilitação técnico-operacional**

Para fins de habilitação técnica-operacional, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente. No caso a Certidão de Acervo Operacional - CAO do CREA e a Certidão de Acervo Técnico-Operacional CAT-O do CAU consistem em documentos hábeis para a comprovação da qualificação técnico-operacional das pessoas jurídicas nas contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) nos quantitativos e características (mínimos) da tabela abaixo:

ITENS RELEVANTES			
Referência do	Descrição	Unidade	Quantitativo mínimo



ITENS RELEVANTES			
item da curva ABC			
1	EXECUÇÃO DE PISO CIMENTÍCIO DRENANTE PARA CALÇADAS	M2	4.387,42
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	M2	3.390,67
3	EXECUÇÃO DE ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA	KG	9.489,32
<i>Notas: Os itens constam na classificação A da curva ABC da planilha orçamentária. Os itens, individualmente, tem valor igual ou superior a 4% (art. 67, § 1º) em relação ao valor total estimado da contratação. O quantitativo mínimo exigido (coluna 4) é igual ou menor a 50% (art. 67, § 2º) do quantitativo constante na planilha orçamentária. O item "piso cimentício" representa 23,80% do valor total estimado da licitação, o item "execução de pavimento em piso intertravado" representa 7,07% do valor total estimado da licitação e o item "estrutura treliçada de cobertura" representa 6,71% do valor total estimado da licitação. Por possuírem grande relevância com os serviços a serem contratados, são indispensáveis para fins de comprovação da qualificação técnica das licitantes.</i>			

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação, pelo licitante, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Habilitação técnico-profissional**

Para fins de habilitação técnico-profissional, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

- Para o Engenheiro Civil: serviços de:

ITENS RELEVANTES		
Referência do item da curva ABC	Descrição	Unidade
1	EXECUÇÃO DE PISO CIMENTÍCIO DRENANTE PARA CALCADAS	M2
2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO	M2
3	EXECUÇÃO DE ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA	KG

O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Comprovação da equipe técnica por meio de:

Documentos com indicação formal do (s) responsável (is) técnico (s) pela execução da obra, devidamente datados e assinados pelo representante legal da licitante.

Comprovação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) acervo(s) de responsabilidade técnica pela execução dos serviços, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente da licitante. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:b.1) Carteira de Trabalho;

b.2) Certidão do CREA;

b.3) Certidão do CAU;

b.4) Contrato Social;

b.5) Contrato de prestação de serviços;

b.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

b.7) Termo, através do qual o(s) profissional(is) assumam(m) a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicado. O presente termo pode ser suprido pela assinatura do(s) profissional(is) que será(ão) responsável(is) pela obra.

Além disso, resta necessário o seguinte:

Relação dos equipamentos mínimos - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, de acordo com o Anteprojeto;

Relação de equipe mínima - considerados essenciais para a execução do objeto a ser licitado, dentro do cronograma estabelecido e de acordo com o Anteprojeto;

Declaração Formal de Disponibilidade dos Equipamentos - a ser emitida pela licitante, de que os equipamentos necessários para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação;

Relação dos Serviços Executados por Profissionais de Nível Superior vinculados ao quadro permanente da empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis ao objeto da licitação.

#### Amostra, Catálogos e laudos

Sempre que necessário, também poderão ser solicitadas amostras para melhor análise e avaliação do sistema construtivo proposto.

Serão avaliados através de catálogos, laudos e possíveis amostras, a adequação das especificações técnicas, e a qualidade e o uso a que se destinam, devendo atender aos seguintes requisitos:

- facilidade de manutenção e possibilidade de receber pintura e outros revestimentos;
- facilidade de limpeza;
- durabilidade;
- alta resistência a impactos;
- resistência ao fogo comprovada por Laudo Técnico;
- deve cumprir a função de perfeita vedação, impedindo a entrada de água, insetos, etc.;

A Contratante poderá solicitar ensaios/análises dos produtos entregues a qualquer tempo, a fim de comprovar o atendimento às exigências do Edital. Sendo que as despesas de laboratório correrão por conta da empresa licitante. Também poderá solicitar fotos e visita a obra já executada pela licitante, com o mesmo sistema construtivo.

As amostras deverão estar de acordo com as especificações que constam nos documentos do Anteprojeto, como critérios de desempenho, devendo estas serem entregues com identificação, contendo o tipo de amostra, nome da empresa, número do processo licitatório e dimensão da peça amostral. Os itens deverão ser enviados ou entregues pessoalmente na SEOSP.

Para efeito de protocolo, a licitante deverá apresentar, com as amostras, a descrição do item entregue e identificação da empresa, assim como autorizar a análise dos produtos para comprovar a compatibilidade com as exigências do Edital, mesmo que para isto as amostras sejam danificadas, e, também abdicar de qualquer indenização pela inutilização das mesmas.

As amostras apresentadas não serão devolvidas e ficarão sob controle da SEOSP, para conferência ao decorrer da execução do contrato. Todos os custos, despesas diretas e indiretas para produção e envio dos itens é de inteira responsabilidade da Licitante.

Considerar-se-á desclassificada a proposta da Licitante que tiver as amostras reprovadas, que não corresponderem aos catálogos apresentados ou ao método construtivo proposto ou que não as apresentar.

Os catálogos e laudos serão analisados, verificando-se o atendimento às especificações técnicas do Edital, pela equipe técnica da SEOSP.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

ata de fundação;

Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

### **DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

Nos termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021, poderão participar da licitação profissionais organizados sob a forma de cooperativa, desde que:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

### **DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

A possibilidade de participação em Consórcio visa possibilitar a participação de empresas com expertises diferentes, ampliando a competitividade do certame, porém os consórcios deverão ser constituídos sob as leis brasileiras.

Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, devendo ser apresentado, para fins de habilitação, a comprovação de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio, subscrito pelos Consorciados e com indicação da Pessoa Jurídica Responsável pelo Consórcio (Empresa Líder), sendo esta, necessariamente, Empresa de Engenharia, atendidas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Será admitida a participação de licitantes de pessoas jurídicas sob a forma de Consórcio, sendo observadas as condições previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021):

"Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato."

Caso o licitante venha a sagrar-se vencedor, deverá apresentar instrumento de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a Empresa Líder e estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo Consórcio, com a indicação do percentual de responsabilidade de cada membro do consórcio, bem como a etapa da participação na execução dos serviços a serem contratados. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade Contratante.

No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

As empresas componentes dos consórcios deverão:

atender individualmente aos critérios de qualificação previstos neste Edital relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e aos requisitos contábeis;

satisfazer, em conjunto, as exigências de qualificação econômico-financeira;

satisfazer conjuntamente a todos os critérios de qualificação técnica;

comprometer-se a não alterar a constituição ou composição do Consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação expressa pela CONTRATANTE;

apresentar compromisso de que não se constituem e nem se constituirão, para fins de Consórcio, em pessoa jurídica distinta, e de que o Consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um Consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma Empresa, ou em mais de um Consórcio.

A empresa estrangeira deverá atender as Resoluções nº 1.137, de 31 de março de 2023, e nº 1.050, de 13 de dezembro de 2013, ambas do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente Licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta Licitação, o instrumento de constituição e o registro do consórcio, aprovado por quem tenha poderes em cada uma das Empresas.

O contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas do edital, especialmente as constantes deste item de participação sob a forma de consórcio.



## ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada pela Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, com base nas informações constantes do Anteprojeto de Engenharia, do Estudo Técnico Preliminar e da Planilha Orçamentária detalhada, que contempla os serviços e materiais necessários à execução do objeto.

O valor estimado corresponde à elaboração dos projetos básico e executivo, bem como a execução integral das obras de construção da Praça da Bíblia, conforme memorial descritivo, projetos e demais peças técnicas integrantes do processo.

A formação do valor global foi construída a partir da seguinte composição de fontes:

- Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI/RO, não desonerado, referência fevereiro de 2026;
- Tabela SBC - referência fevereiro de 2026;
- Tabela ORSE - referência fevereiro de 2026;
- Sistema de Custos Rodoviários – SICRO, referência outubro de 2025;
- Preços próprios da Administração, aplicáveis a componentes e serviços não contemplados nas bases referenciais.

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 12.343.929,00 (doze milhões, trezentos e quarenta e três mil novecentos e vinte e nove reais)**, incluso o BDI de 22,88%, conforme discriminado na planilha orçamentária aprovada pela área técnica.

A metodologia de estimativa seguiu os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 130 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, adotando critérios que asseguram:

- A vantajosidade da contratação;
- A compatibilidade com os preços praticados no mercado;
- A racionalidade técnico-econômica dos quantitativos;
- A transparência do processo de formação de preços.

## ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme o disposto no art. 7º, inciso I da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e no art. 12 do Decreto n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024, a contratação objeto deste Termo de Referência será realizada com observância à devida previsão orçamentária, sendo previamente verificada a existência de saldo suficiente na unidade orçamentária competente, para garantir a cobertura financeira da despesa.

A adequação orçamentária está evidenciada por meio da Declaração de Adequação Financeira ([71497998](#)), conforme os elementos abaixo, os quais deverão constar de forma expressa no edital:

### DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO FINANCEIRA

PROCESSO n.º	CÓD. U.O	UNIDADE GESTORA	
<a href="#">0069.002708/2025-77</a>	27.001	Gerência de Planejamento e Orçamento	
PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR R\$
27001.15.451.2183.1638	1.754.000001	44.90.51	12.343.929,00
TOTAL DA DESPESA			12.343.929,00
DISCRIMINAÇÃO			

Declaramos que, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, o detalhamento dos valores previstos que trata da **Construção da Praça da Bíblia, no município de Porto Velho/RO**, conforme o Estudo Técnico Preliminar 9 (69145638) e Termo de Referência (69145824), em consonância com as determinações contidas no Parecer n.º 16/2026/PGE-SEOSP ([68286738](#)) e no APROVO PGE-GABADJ ([68468810](#)). Bem como, em conformidade com a Lei n.º 6.386, DE 30 DE ABRIL DE 2026 ([71726040](#)), que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por operação de crédito, e Decreto N.º 31.508, DE 5 DE MAIO DE 2026 ([71839057](#)), publicado no DOE.

Porto Velho, data e hora do sistema.

A formalização da contratação e a consequente emissão da Ordem de Serviço estarão condicionadas à confirmação da disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício vigente, conforme previsto no art. 117, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

## **DAS OBRIGAÇÕES**

### **DA CONTRATANTE**

Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº. 14.133/2021.

Liberar o local e permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para execução dos serviços solicitados; prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

Alocar os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste Contrato.

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

Quando for o caso, conferir a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação, expedido por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas ou por tempo de serviço na área registrado em carteira de trabalho.

Exigir da Contratada a imediata correção de serviços mal executados e substituição de materiais, equipamentos e acessórios em desacordo com o especificado.

Exigir que a Contratada mantenha o seu pessoal provido de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo (EPI's e EPC's, que deverão ser fornecidos pela Licitante Vencedora).

Receber, conferir e atestar a nota fiscal/documentos de cobrança.

Exigir que o Diário de Obra esteja sempre atualizado e disponível no canteiro da obra.

Verificar e exigir a execução das rotinas de serviços estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital de licitação.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

Pagar à Contratada o valor devido pelas etapas efetivamente concluídas e atestadas pela fiscalização, conforme o cronograma físico-financeiro e as condições de medição e pagamento estabelecidas neste Termo de Referência.

Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;

direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa Contratada;

promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do Contrato.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

Arquivar, entre outros documentos, de projetos, as built, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

Exigir da Contratada que providencie como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso, a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo por mais 30 (trinta) dias mediante justificativa, conforme art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

### **DA CONTRATADA**

Assinar o contrato disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação para assinatura.

Assinar e receber a Ordem de Serviço no SEI no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

Após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes representantes da Direção, da Gestão, da Fiscalização Técnica, da Procuradoria Jurídica e da Controladoria Interna e demais atores correlacionados, além do preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

Manter, durante a licitação e a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/edital, em relação às obras e serviços.

Nos casos em que haja a necessidade de execução de entrada de energia em alta tensão, a contratada deverá, na fase de execução, dispor em seu corpo técnico profissional habilitado para a execução de tal serviço.

Nos casos em que haja a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV ou Relatório de Impacto Trânsito - RIT, por exigência dos órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos, durante a execução da obra ou sua conclusão, a elaboração do EIV ou RIT será de responsabilidade da empresa Contratada, sem custos para a Contratante.

Nos casos em que haja a necessidade de elaboração de EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental por exigência dos órgãos responsáveis pela aprovação do projeto, durante a execução da obra ou sua conclusão, a elaboração do EIA/RIMA será de responsabilidade da empresa Contratada, sem custos para a Contratante.

A Contratada não poderá subempreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, no limite definido neste Termo de Referência, continuando a responder, porém direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia do SEOSP e o cumprimento da Lei Federal Nº. 13.429 de 31/03/2017, a qual dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.

Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

Responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os equipamentos, inclusive EPI's, EPC's e materiais necessários à segurança do pessoal que trabalha nos serviços, bem como oferecer todas as condições exigidas pelo Ministério do Trabalho, tendo em vista o risco que o tipo de serviço oferece.

Após a elaboração do projeto básico, a Contratada deverá submeter à aprovação da Administração o conjunto completo de desenhos, especificações, memoriais, planilhas e cronograma físico-financeiro correspondente, para verificação de aderência aos parâmetros definidos no edital, no anteprojeto e nas normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, ficando vedadas alterações que reduzam a qualidade, a durabilidade, o desempenho ou a vida útil do empreendimento, permanecendo a Contratada integralmente responsável pelos riscos associados ao projeto básico por ela desenvolvido.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações dos memoriais descritivos.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Assegurar à Contratante, em conformidade com o artigo 35:

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do Contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Realizar a conclusão contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do Contrato e especialidades pertinentes.

Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas, impostos, alimentação de pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do Contrato, todos os tipos de cópias de projetos ou documentos, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela Contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a SEOSP.

Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

Comunicar à fiscalização da Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, inclusive acidentes de impacto ambiental e social.

Fica para a empresa Contratada, a responsabilidade das instalações hidrossanitárias e elétricas provisórias. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, no prazo determinado.

Manter permanentemente na obra um(a) Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) habilitado(a) tecnicamente para dirigir os trabalhos, bem como para responder por todos os atos praticados pela Contratada, durante a execução dos serviços contratados.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

Transportar/deslocar por sua conta e risco o pessoal, os materiais, equipamentos, veículos ou máquinas necessárias à execução dos respectivos serviços.

Executar o Contrato conforme especificações do Edital de Licitação e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, instrumentos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução dos serviços solicitados, em conformidade com o sistema construtivo proposto desde que sustentável no Plano de Trabalho.

Reparar, corrigir, remover ou substituir no total ou em parte, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

Executar serviços de primeira qualidade utilizando para isto mão de obra de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas e identificadas, de forma que os serviços atinjam o fim especificado.

Dar ciência à SEOSP, através da fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

A ausência ou omissão da fiscalização da SEOSP não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas nas leis ou no Contrato, bem como nas normas da ABNT, CONFEA, CREA, INMETRO, Corpo de Bombeiros e demais regulamentos oficiais que regem os assuntos vinculados à execução do objeto.

Atender e repassar, tempestivamente, através de seu preposto/responsável técnico e/ou administrativos, a comunicação das solicitações da SEOSP e/ou do Fiscal do Contrato.

Transportar por sua conta e risco os lixos, entulhos, retirando-os das dependências da obra, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes, seja ocorrido no local de retirada do entulho por sua culpa, ou no trajeto de transporte. Os lixos e entulhos deverão ter sua destinação adequada, observando as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos pela Legislação Municipal e pela Resolução nº 307:2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
3. florestas plantadas; e
4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.



Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental e social:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151:2020 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152:2020 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Conforme Art. 2º da Instrução Normativa do IPHAN, assim como assegurado no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937; na lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961; e no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, caso sejam identificados quaisquer vestígios arqueológicos na Área Diretamente Afetada pelas obras, o empreendedor deverá se responsabilizar pela conservação desses bens, comprometendo-se a suspender imediatamente os serviços ou atividades na área afetada do empreendimento e comunicar a Superintendência Estadual do IPHAN.

Fazer as anotações dos andamentos da construção em diário de obras. Este diário deverá permanecer no canteiro e ficar disponível todos os dias à fiscalização da SEOSP, ou a qualquer outro órgão oficial de fiscalização que precisar fazer algum tipo de anotação referente à obra ou serviço de engenharia em execução. O diário de obras deverá ser anotado de forma contínua e simultânea à execução da obra ou serviço de engenharia, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto. A não apresentação do diário de obras à fiscalização (entregar o original e não cópias) impedirá o visto nas notas fiscais referentes às medições dos serviços executados no período (para efetuar medições, os serviços deverão estar executados).

Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados na execução dos serviços.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

A Contratada responderá pela solidez e segurança da obra por 5 anos após sua entrega, conforme Art. 618 do Código Civil, devendo paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Dessa forma, a Contratada irá refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Elaborar e entregar à Contratante, às suas expensas, o Manual de Operação, Manutenção e Conservação da Obra (Manual do Proprietário), observando integralmente as disposições da ABNT



NBR 14.037 – Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações – Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos. O manual deverá ser entregue ao término da execução da obra, juntamente com a solicitação de recebimento definitivo, e conter, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

Cópias de todos os projetos e documentos de aprovação junto aos órgãos competentes (Prefeitura, Corpo de Bombeiros, concessionárias e demais entidades envolvidas);

Cópias dos projetos “como construído” (as built), elaborados conforme a ABNT NBR 14.645 – Elaboração do “como construído” para edificações;

Alvarás, licenças e certidões emitidos pelos órgãos competentes;

Termos de garantia de materiais, equipamentos, componentes e sistemas instalados;

Manuais de uso e manutenção de máquinas, equipamentos e sistemas implantados.

Toda a documentação deverá ser entregue em meio físico e/ou digital, em formatos adequados à sua natureza, devendo os projetos serem fornecidos também em formato .IFC, em conformidade com as diretrizes de apresentação de projetos constantes dos anexos deste Termo de Referência.

Nos termos do Decreto Estadual nº 25.783/2021, a contratada deverá empregar, no percentual mínimo de 2% (dois por cento), mão de obra formada por pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos do sistema prisional.

Cumprimento de cotas de aprendizes, sendo que dentre os(as) aprendizes a serem contratados(as) deverá ser priorizado(a) adolescente entre 14 a 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e ou risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §1º e §2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023.

Afixar em local visível placa de obra elaborada conforme Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Obras, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução das obras. Incluir, nas placas e adesivos indicativos das obras, o QR Code que direcione para sítio eletrônico oficial com informações da obra, conforme previsto no Manual de Uso da Marca do Governo do Estado de Rondônia.

Apresentar declaração expressa, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação.

Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos de controle interno e externo do Estado, bem como dos funcionários da SEOSP, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

Fornecer e instalar, sob suas custas, placa de inauguração de conclusão das obras, e garantir sua conformidade com o Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras, regulamentado e disponibilizado pelo Governo do Estado.

Submeter, após a elaboração do Projeto Básico, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital, no anteprojeto e nos demais documentos técnicos da contratação, bem como sua conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedadas alterações que descaracterizem o objeto, reduzam a qualidade ou comprometam a vida útil do empreendimento, mantida a responsabilidade integral da contratada pelos riscos associados ao projeto básico, conforme previsto no § 3º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Para esta obrigação será exigida em Edital a apresentação de Declaração na fase de habilitação da licitação.

Apresentar todas as declarações constantes no Anexo deste Termo de Referência, as quais seguem listadas a seguir:

1. Declaração de ciência e aceite do ato convocatório e seus anexos;
2. Declaração de integralidade dos custos trabalhistas na proposta;
3. Declaração de habilitação e veracidade das informações;
4. Declaração de superveniência de fato impeditivo à habilitação;
5. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da C.F;
6. Declaração de ciência e cumprimento do disposto no inciso III e IV do art. 1 e inciso III do art. 5 da C.F;
7. Declaração de conformidade com o art. 12 da constituição do estado de Rondônia e demais normas correlatas;
8. Declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz;
9. Declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
10. Declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional;
11. Declaração de conhecimento das condições locais e das obrigações relativas ao objeto licitado;
12. Declaração de dispensa de vistoria técnica e conhecimento das condições locais (se for o caso);
13. Declaração de compromisso técnico-profissional para execução do objeto contratual;
14. Declaração de disponibilidade das instalações, dos equipamentos, máquinas e do pessoal técnico.

**Obs.:** Conforme art. 63, §3º da Lei 14.133/2021 a declaração de conhecimento das condições locais e das obrigações relativas ao objeto licitado poderá ser substituída pela declaração de dispensa de vistoria técnica e conhecimento das condições locais, devendo o documento ser assinado pelo responsável técnico do licitante.

### **MATRIZ DE RISCOS**

A Matriz de Riscos anexa a este Termo de Referência integra a contratação e estabelece a alocação objetiva dos riscos supervenientes à assinatura do contrato, com a definição das responsabilidades entre contratante e contratado e dos respectivos efeitos contratuais sobre prazo, custo e equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Nos termos do art. 22, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nas contratações integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

Considerando que o presente Termo de Referência adota o regime de contratação integrada, a Matriz de Riscos consta como anexo e compõe o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

A presente contratação observará integralmente o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, nas normas complementares da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, bem como nas disposições constantes do edital e dos documentos que integram o processo licitatório.

Os casos omissos e as situações excepcionais eventualmente identificadas no curso da contratação deverão ser analisados pela autoridade competente da SEOSP, com o devido suporte da Assessoria

Jurídica e, quando necessário, da Controladoria-Geral do Estado ou da Procuradoria-Geral do Estado, conforme suas atribuições legais.

A execução do objeto será acompanhada, fiscalizada e gerida por equipe técnica regularmente designada, conforme previsto na Instrução Normativa nº 01/2025/SEOSP-GAB, sendo vedada a subordinação direta à contratada ou a seus representantes.

É de responsabilidade da contratada observar e cumprir todas as obrigações legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à execução do objeto, inclusive quanto à segurança do trabalho, meio ambiente, normas técnicas, responsabilidade civil, trabalhista e tributária.

A Administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo, realizar diligências, vistorias técnicas, auditorias e demais medidas necessárias à verificação da conformidade e regularidade da execução contratual, sem prejuízo das prerrogativas previstas no contrato e na legislação vigente.

Deve ser observada a Lei n.º 4.007, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para solução de litígio em que o Estado de Rondônia seja parte e dá outras providências ou eleger Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório.

A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei n.º 4.007, de 28 de março de 2017 e Lei n.º 9.307, 23 de setembro de 1996, alterada pela Lei n.º 13.129, de 26 de maio de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao art. 11, do referido diploma legal.

O presente Termo de Referência compõe o processo de contratação pública e servirá de base para a elaboração do edital, da minuta contratual e para o acompanhamento da execução contratual, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

## **ANEXOS**

### **Anexo 1 - Anteprojetos:**

- 1.1 - Levant. topog. e anteprojeto de terraplenagem ([0063092961](#));
- 1.2 - Anteprojeto de arquitetura ([0063092967](#));
- 1.3 - Anteprojeto infraestrutura do monumento ([0063092977](#));
- 1.4 - Anteprojeto estrutura metálica ([0063092993](#));
- 1.5 - Anteprojeto estrutura geral ([0063092986](#));
- 1.6 - Anteprojeto das instalações elétricas ([0063092997](#));
- 1.7 - Anteprojeto das instalações hidráulica ([0063093002](#)).

### **Anexo 2 - Memoriais Descritivos/Especificações Técnicas:**

- 2.1 - Memorial descritivo anteprojeto de arquitetura ([0063092971](#));
- 2.2 - Memorial descritivo anteprojeto de hidráulica ([0063093005](#)).

### **Anexo 3 - Relatório geotécnico de sondagem ([0063093011](#));**

### **Anexo 4 - Planilhas Orçamentárias:**

- 4.1 - Planilha Capa Rev.02 ([71282751](#));
- 4.2 - Planilha Custo Estimado Rev.02 ([71282780](#));
- 4.3 - Planilha Resumo Rev.02 ([71282793](#));
- 4.4 - Planilha Sintética Rev.02 ([71329595](#));
- 4.5 - Planilha Memória de Cálculo Rev.02 ([71282783](#));
- 4.6 - Planilha Composições de Custos Rev.02 ([71329585](#));
- 4.7 - Planilha Cronograma Físico-Financeiro Rev.02 ([71282772](#));
- 4.8 - Planilha BDI Rev.02 ([71282802](#));

- 4.9 - Planilha Paramétrico Rev.02 ([71282789](#));
- 4.10 - Planilha Curva ABC Serviços Rev.02 ([71329592](#));
- 4.11 - Planilha Curva ABC Insumos Rev.02 ([71282775](#));
- 4.12 - Planilha Matriz de Cotações Rev.02 ([71282781](#));
- 4.13 - Planilha Cotações Rev.02 ([71282767](#));
- 4.14 - Declaração Compatibilidade Orçamentária Integrada Rev.02 ([71330783](#)).

Anexo 5 - Declaração do autor da planilha ([0064890229](#));

Anexo 6 - Anotações/Termos/Registros de Responsabilidade Técnica:

- 6.1 - TRT Levant. topog. e terraplenagem ([0064862574](#));
- 6.2 - RRT anteprojeto de arquitetura ([0063092973](#));
- 6.3 - ART anteprojeto infraest. e est. metálica ([0063092985](#));
- 6.4 - ART anteprojeto estrutura geral ([0063092989](#));
- 6.5 - ART anteprojeto das instalações elétricas ([0063095562](#));
- 6.6 - ART anteprojeto instalações hidráulica ([0063093006](#));
- 6.7 - ART de Sondagem ([0064862572](#));
- 6.8 - ART planilha orçamentária ([0064887895](#));
- 6.9 - ART planilha atualizada ([71354831](#));
- 6.10 - ART planilha atualizada ([71354079](#)).

Anexo 7 - Licenças e aprovações:

- 7.1 - Licença ambiental prévia ([0063093008](#));
- 7.2 - Termo de destinação e responsabilidade ([0065474857](#));
- 7.3 - Certidão de Inteiro Teor ([0063093015](#)).

Anexo 8 - Diretrizes de apresentação de projetos ([0063213749](#));

Anexo 9 - Elementos instrutores do anteprojeto ([0063099420](#));

Anexo 10 - Declaração de enquadramento de obra especial de engenharia ([0064939063](#));

Anexo 11 - Matriz de Risco 19 ([71310401](#));

Anexo 12 - Minuta de Contrato;

Anexo 13 - Modelo da carta proposta de preços ([0065473576](#));

Anexo 14 - Modelo de planilha para cálculo do BDI ([0065473577](#));

Anexo 15 - Modelo de termo de cessão dos direitos autorais ([0065473582](#));

Anexo 16 - Modelo de declarações ([0065475650](#)).

Porto Velho - RO, data e hora do sistema.

*Elaboração:*

**DAVI MARTINS GONÇALVES**

Assessor - SEOSP/ASCPO

*Revisão e Validação:*

**FRANCISCO MELEIRO NETO**

Coordenador de Projetos e Orçamentos - CPO

*Autorizo na forma da lei:*

**ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP/RO



---

**ANEXO II**

---

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL, no Portal de Compras e através do link:  
<https://drive.google.com/drive/folders/1MNQcfgqzW636S44zxe9zphlIi011M6W?usp=sharing>)

)

---

**ANEXO III**

---

**CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO**

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL, no Portal de Compras e através do link:  
<https://drive.google.com/drive/folders/1MNQcfgqzW636S44zxe9zphlIi011M6W?usp=sharing>)

)

**ANEXO IV**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
Comissão de Obras – COOBR  
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO**

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de ....., pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para execução em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias consecutivos.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao **SEOSP/RO**.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do **SEOSP /RO**, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Foram utilizados em nosso orçamento a Taxa de BDI de ...xx,xx% para serviços e BDI de ...xx,xx% para bens e equipamentos e Encargos Sociais de ...xx,xx%. O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de (Lucro Real) ou (Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ expedida em \_\_/\_\_/\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO V**

**CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA – GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO  
(MODELO)**

(Proc.: 0069.002708/2025-77 CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO)

Ao

Governo do Estado de Rondônia

Porto Velho – RO

CARTA DE FIANÇA R\$ \_\_\_\_\_

Pela presente, o Banco \_\_\_\_\_ com sede a rua \_\_\_\_\_ da cidade de \_\_\_\_\_ do Estado de \_\_\_\_\_ por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 1.491, do Código Civil Brasileiro, da Firma \_\_\_\_\_ sediada à rua \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ do Estado de \_\_\_\_\_ até o limite de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), para efeito de garantia para a execução do Contrato n.º \_\_\_\_\_ (descrever o objeto do Contrato).

Este Banco se obriga, obedecendo o limite acima, específico a atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pelo Governo do Estado de Rondônia. Sem qualquer reclamação ou ainda embargo ou interposição de recursos administrativos ou judicial com respeito ao Governo do Estado de Rondônia.

Obriga-se ainda, este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela Carta de Fiança Bancária ou por nova Carta de Fiança, que seja aceita por esse órgão.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º \_\_\_\_\_ ou outro registro usado neste Banco e, por isso é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no País de origem.

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fiança desta natureza por força do disposto no Artigo \_\_\_\_\_ dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembleia \_\_\_\_\_ realizada em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra pela **SEOSP/RO**.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Banco

**ANEXO VI**

**MODELO - SEGURO GARANTIA (Garantia Contratual)**

(Verso da APÓLICE)

**1. Objeto e Extensão do Seguro**

As relações entre Tomador e SEGURADORA regem-se pelo estabelecido na proposta do seguro e condições contratuais desta APÓLICE, cujas disposições não interferem no direito da SEGURADA.

**2. Valor da Garantia**

O valor garantido pela APÓLICE deverá ser entendido como valor máximo nominal, ficando certo, entretanto, que caso esteja contratualmente previsto e exigido o reajuste monetário da garantia, a importância assegurada será reajustada de forma automática, na mesma proporção.

**3. Caracterização e Configuração do Sinistro**

Confirmado o descumprimento pelo TOMADOR das obrigações cobertas pela presente APÓLICE, a SEGURADA terá direito de exigir da SEGURADORA a indenização devida, quando resultar infrutífera a intimação extrajudicial de pagamento feita ao TOMADOR, não sendo necessária qualquer outra interpelação.

**4. Indenização e sub-rogação**

Caracterizado o sinistro e paga a indenização, a SEGURADORA sub-rogar-se-á nos direitos e ações da SEGURADA contra o TOMADOR ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao pagamento.

**5. Isenção de Responsabilidade**

A SEGURADORA ficará isenta de responsabilidade em relação a esta APÓLICE, nas seguintes hipóteses:

- a) casos fortuitos ou força maior; e
- b) descumprimento das obrigações do TOMADOR decorrente de atos ou fatos de responsabilidade da SEGURADA.

6. A Seguradora dispensa expressamente qualquer notificação prévia relativa às modificações que a SEGURADA e o TOMADOR venham a introduzir no Contrato nº ....., no curso de sua execução, exceto se houver alteração no seu valor total.

**7. Pluralidade das Garantias**

No caso de existirem duas ou mais garantias, cobrindo cada uma delas de forma parcial o objeto exigido pela SEGURADA, a SEGURADORA responderá proporcionalmente com os demais participantes.

**8. Extinção da Garantia**

Para extinção da garantia desta APÓLICE, a SEGURADA fica obrigada a efetuar a devolução desse instrumento ou passar declaração de cumprimento integral das obrigações do TOMADOR.

**9. FORO**

As questões judiciais que se apresentem entre SEGURADORA e SEGURADA, serão resolvidas na jurisdição de domicílio da SEGURADA.

Seguro-Garantia de Cumprimento do Contrato

APÓLICE N.º

A (SEGURADORA), principal pagadora, garante pelo presente instrumento à SEGURADA: (o Estado de ....., representada pelo ....., através da ....., - ....., instituída pela Portaria ....., reformulada e regulamentada pela Portaria .....,), as obrigações do TOMADOR: (Denominação Social, CGC e Endereço), até o valor de R\$..... (.....), permanecendo esta Apólice em vigor até o cumprimento integral das obrigações garantidas.

Fica ainda declarado que esta Apólice é prestada para o seguinte objeto:(descrever o objeto) Garantia de fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações assinadas pela Tomadora no instrumento contratual nº ..... data do de .....

Data: ...../...../.....

(SEGURADORA)



**ANEXO VII**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).**

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
**Comissão de Obras - COOBR**  
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ expedida em \_\_/\_\_/\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, Fone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, Fax (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,  
Local e data

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO VIII**

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS  
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO**

(MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
**Comissão de Obras - COOBR**  
Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS  
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO.**

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara para fins de participação na licitação **CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO**, que caso seja vencedora do certame, as instalações, os equipamentos/máquinas e o pessoal técnico, abaixo relacionados encontram-se disponíveis para execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como, que o Sr.: (**indicar nome, n.º de documento e qualificação profissional**), detentor dos acervos aqui apresentados, faz parte do quadro permanente da empresa e será o responsável técnico pela obra a qual se refere esta proposta e que o mesmo não possui vínculo com o governo do Estado de Rondônia.

**INSTALAÇÕES:**

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES

**EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS:**

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO DE FAB.	CAP/POT

**PESSOAL TÉCNICO**

QUANT.	QUALIFICAÇÃO	LOTAÇÃO

Atenciosamente,

Local e data

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

*Obs.: Os quadros acima deverão ser preenchidos com observância à relação mínima fornecida pela SEOSP/RO, ou ainda, na ausência desta, de acordo com projeto apresentado pela empresa para execução da obra, em quantidades e qualidades essenciais à garantia do cumprimento das obrigações caso a empresa seja vencedora do certame.*

**ANEXO IX**

**COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).**

**PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações  
**Comissão de Obras - COOBR**  
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS  
INDIRETAS - BDI – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA%
1	Administração Central	
2	Administração da Obra	
3	Instalação e Manutenção do Canteiro	
4	Taxas e Emolumentos	
5	Seguros	
6	Transporte Externo do Pessoal	
7	Transporte do Pessoal de Supervisão	
8	Transporte Interno de Materiais	
9	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos	
10	Equipamentos e Ferramentas	
11	Segurança e Medicina do Trabalho	
12	Controle Topográfico	
13	Controle tecnológico	
14	Impostos	
15	Imprevistos	
16	Despesas Financeiras	
	SOMA	
17	Bonificação ou honorários	
	BDI	
	ADOTADO	
Obs. O proponente poderá preencher, conforme seja o seu caso, todos ou partes dos espaços do quadro ou mesmo detalhar partes dos itens		

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

**ANEXO X**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS (MODELO)**

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações

**Comissão de Obras - COOBR**

Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90618/2025/SUPEL/RO**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS**

GRUPO A		
01	INSS	%
02	SESI OU SESC	%
03	SENAI OU SENAC	%
04	INCRA	%
05	SALÁRIO EDUCAÇÃO	%
06	FGTS	%
07	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO/SAT	%
08	SEBRAE	%
09	SECONCI	%
SUBTOTAL= %		
GRUPO B		
10	FÉRIAS	%
11	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	%
12	AUXÍLIO-DOENÇA	%
13	LICENÇA PATERNIDADE	%
14	FALTAS LEGAIS	%
15	ACIDENTES DE TRABALHO	%
16	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	%
17	13º SALÁRIO	%
18	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	%
SUBTOTAL= %		
GRUPO C		
19	AVISO PREVIO INDENIZADO	%
20	INDENIZAÇÕES ADICIONAIS	%
21	INDENIZAÇÕES DE FGTS	%
SUBTOTAL= %		
GRUPO D		
22	INCIDENCIA DO GRUPO “A” SOBRE OS ITENS DO GRUPO “B”	%
GRUPO E		
23	INCIDENCIA DO GRUPO “A” SOBRE O ITEN 19 DO GRUPO “C”	%
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS		%

---

FIRMA LICITANTE/CNPJ  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

**ANEXO XI**

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP

Assessoria Técnica do Gabinete - SEOSP-ASTEC

**Minuta de Contrato**

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP/RO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.621.806/0001-07, com sede na Av. Farquar, 2986, Complexo Administrativo Palácio Rio Madeira, Anexo Rio Jamari (Curvo C), 4º Andar, Bairro Pedrinhas, CEP. 76801-470, Porto Velho – RO, neste ato representado pelo Secretário de Estado, o Sr. **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**, nomeado por meio do Decreto de 31 de março de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado em 3 de abril de 2023, Edição Suplementar 62.1; e;

**CONTRATADA:** A empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF n. XXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, aqui representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada através do documento acostado à id. XXXXXXXXXXXXXXXX.

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, contrato para prestação de serviços, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº14.133/21, do Decreto n. 28.874/24, e demais normas pertinentes, licitado através da (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº XXXXXXXX e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a contratação de contratação integrada para construção da Praça da Bíblia, situado no bairro Nova Esperança, conforme condições estabelecidas no item 2 do Termo de Referência id. [72702877](#).

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

Documento de Formalização de Demanda - DFD 108 ([0063085117](#))

Estudo Técnico Preliminar 20 ([71712277](#));

Matriz de Risco 19 - Anexo 11 ([71310401](#));

Mapa de Risco 70 ([71297252](#));

Termo de Referência id. [72702877](#);

Edital da Licitação id. XXXX; e

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de **contratação integrada**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência de vigência contratual é de 450 (quatrocentos e cinquenta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 147, do Decreto n. 28.874/24.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

O prazo de execução do objeto é de 300 (trezentos) dias corridos, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço, sendo que, dentro desse prazo, o período máximo para elaboração dos projetos



básicos, elaboração do orçamento, licenciamentos e aprovações para início das obras será de 60 (sessenta) dias corridos, conforme fixado na Planilha Cronograma Físico-Financeiro.

A gestão contratual deverão diligenciar para que seja formalizado termo aditivo de prorrogação ainda que posterior à prazo contratual inicialmente previsto, como forma de assegurar a adequada procedimentalização e a devida publicidade, instruindo o processo com:

cópia do Edital, do contrato original e de todas as alterações, caso esteja em processo distinto do original;

justificativa para a prorrogação pretendida, esclarecendo os motivos que ensejaram a inviabilidade da conclusão do objeto dentro do prazo originalmente previsto, a ser subscrita pelos fiscais e gestores do contrato e ratificada pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação;

comprovação de manutenção das condições e requisitos de habilitação do contratado;

novo cronograma físico-financeiro;

prorrogação da garantia da execução contratual, caso exigida;

minuta de termo aditivo a ser celebrado;

A prorrogação deverá se dar pelo limite de tempo estritamente necessário para a conclusão do objeto, que será definido mediante justificativa fundamentada da fiscalização contratual acerca da correlação do prazo indicado e o motivo ensejador do impedimento da conclusão.

Com relação à justificativa (item 2.3, II), incumbe à autoridade máxima atestar, baseada em manifestação da fiscalização contratual, se o objeto não foi concluído por motivo imputável à Administração, hipótese em que a autoridade máxima da Pasta deverá diligenciar para a adoção das providências cabíveis, inclusive para a eventual apuração de responsabilidades, ou imputável ao contratado, hipótese em que deverão ser adotadas as providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Os pedidos de prorrogação deverão ser encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado para análise de sua juridicidade, sob pena de responsabilização funcional do gestor do contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, GESTÃO CONTRATUAIS E RECEBIMENTO DO OBJETO**

O modelo de execução, gestão contratual, as condições de entrega e recebimento do objeto constam nos itens 6, 7 e 8.2 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **Matriz e Mapa de risco:**

As condições dos riscos estão dispostas na Matriz de Risco 19 - Anexo 11 ([71310401](#)) e Mapa de Risco 70 ([71297252](#)), anexa a este contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no item 5.7 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DE MEDIÇÃO**

As condições para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 8 Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

As regras acerca do reajuste do valor contratual e revisão contratual são aquelas definidas nos itens 8.8 a 8.10 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no item 15.1 do Termo de Referência e seus anexos.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item 15.2 do Termo de Referência e seus anexos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do item 5.9 do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções aplicáveis e valores das multas observarão o disposto no item 9 do Termo de Referência e na legislação pertinente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO: ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O CONTRATANTE poderá ainda:

nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e, ainda, atendendo ao disposto no art. 142 ao art. 145 do Decreto n. 28.874/24.

O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **DÉCIMA QUARTA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Os critérios de sustentabilidade do presente contrato serão aqueles estabelecidos no item 5.4 do Termo de Referência e seus anexos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do seguinte crédito orçamentário:

UO 27.001;

Programa 27001.15.451.2183.1638;

Natureza de Despesa 44.90.51;

Fonte de Recursos 1.754.000001.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras do Decreto n. 28.874/24, da Lei nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação dos contratos, seus substitutos legais e respectivos termos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP será realizada, preferencialmente, pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg (<http://www.comprasnet.gov.br>) ou outro que vier substituir.

A competência para registro e publicação no PNCP é da Secretaria de origem responsável pela contratação do objeto.

A Procuradoria-Geral do Estado acompanhará a publicação no PNCP realizada pelos Órgãos do Estado ou Entidades da Administração indireta, através de regulamento a ser expedido pelo Procurador-Geral do Estado, nos termos do inciso III do art. 22 da Lei Complementar Estadual nº 620, de 20 de junho de 2011

A publicação dos instrumentos referidos no caput no PNCP dispensará a publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.

A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Diário Oficial do ato que autoriza a contratação ou do extrato decorrente do contrato e aditivos, deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura dos respectivos instrumentos.

Os contratos e eventuais aditivos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo previsto no caput deste artigo, sob pena de nulidade.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da comarca desta Capital, sem prejuízo de nenhum outro, por mais privilégios que tenha, para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir em decorrência da aplicação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes. Porto Velho-RO, data e hora do sistema.

#### **ANEXO XII**

#### **DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

A empresa \_\_\_\_\_(NOME), com sede na \_\_\_\_\_(endereço da  
licitante, inclusive com CEP), registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério  
da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_(número do CNPJ), declara que caso logre êxito na  
licitação nº \_\_\_\_\_(número da licitação), contratará, em cada contrato firmado, o percentual de  
pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o  
cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei  
Estadual 2.134/2009 .

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à disponibilidade de pessoas  
privadas de liberdade, em regime semiaberto, ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme  
disponibilização expressa da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Segue anexa a declaração  
emitida (s) pelo órgão responsável pela execução penal no estado de Rondônia.

\_\_\_\_\_(Local), \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_.

Representante legal

Nome:

RG:

CPF:

### **ANEXO XIII**

#### **DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano



Objeto: \_\_\_\_\_

O (a) \_\_\_\_\_, órgão responsável pela intermediação da mão de obra do sistema prisional do estado de \_\_\_\_\_, em atenção ao Decreto XXXXXXXX, declara que dispõe de pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressas do sistema prisional aptas à execução dos seguintes serviços:

Serviço (s): \_\_\_\_\_ (Objeto da Licitação):

Ordem	Nome Completo	CPF	Profissão/Qualificação	Previsão de Término da Pena
1				____/____/____
2				____/____/____
3				____/____/____
...				

---

## ANEXO XIV

### MATRIZ DE RISCO

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL, no Portal de Compras e através do link:  
<https://drive.google.com/drive/folders/1MNQcfgqzW636S44zxe9zphlIIi011M6W?usp=sharing>)